JEANCEZAR DITZZ DE SOUZA RIBEIRO

**Princípio da Igualdade no Direito Internacional Público e sua Aplicação
nas Nações Unidas**

TESE DE DOUTORADO

Orientador: Professor Associado Dr. Wagner Menezes

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO – Largo São Francisco
SÃO PAULO – SP
2015**

JEANCEZAR DITZZ DE SOUZA RIBEIRO

**Princípio da Igualdade no Direito Internacional Público e sua Aplicação
nas Nações Unidas**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração em Direito Internacional, sob a orientação do Professor Associado Dr. Wagner Menezes.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO – Largo São Francisco
SÃO PAULO – SP
2015

RESUMO

RIBEIRO, Jeancezar Ditzz de Souza. *Princípio da Igualdade no Direito Internacional Público e sua aplicação nas Nações Unidas*. 2015. 314 fl. Doutorado. Faculdade de Direito – Largo São Francisco. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A presente tese objetiva analisar o redimensionamento conceitual do Princípio da Igualdade no Direito Internacional Público, assim como a aplicação desse princípio na Organização das Nações Unidas, em especial no órgão judiciário, a Corte Internacional de Justiça, e nas Resoluções da Assembleia Geral da ONU sobre o princípio. A mudança mais relevante da sociedade internacional é a sua expansão horizontal de Estados, que impacta na validade das regras do Direito Internacional. A metodologia da escolha dos casos e das resoluções analisados serão precedidas por um estudo exploratório da doutrina sobre o princípio da igualdade. O novo entendimento sobre o princípio visa garantir uma igualdade material no plano internacional. Admite a possibilidade de buscar a realização da igualdade material com as desigualdades compensatórias ou vantajosas. O tratamento diferenciado ocorre apenas na presença de condições que são desfavoráveis na prática. Num primeiro momento, busca-se articular diversas teorias que explicam o princípio da igualdade na teoria do Direito e no Direito Internacional Público, para, num segundo momento, compreendê-lo a partir de um novo entendimento - uma igualdade solidária e pluralista.

Palavras-Chave: Organização das Nações Unidas (ONU). Jurisprudência Internacional. Resoluções da Assembleia Geral da ONU. Princípio da Igualdade no Direito Internacional Público: teoria e prática. Igualdade solidária.

ABSTRACT

RIBEIRO, Jeancezar Ditz de Souza. *Principle of Equality in Public International Law and its application at United Nations*. 2015. 314 p. Doctorate. Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

This dissertation aims to analyze the conceptual dimension of the Principle of Equality in Public International Law, as well as its application in the United Nations, particularly in the International Court of Justice, in addition to the UN General Assembly resolutions on the principle. The most significant change in international society is its horizontal expansion of States, which impact on the validity of the rules of international law. The methodology for choosing the cases and the analyzed resolutions will be preceded by an exploratory study of the doctrine on the principle of equality. The new understanding of the principle aims to ensure a substantive equality internationally. The principle allows the possibility of seeking the realization of the fulfilment of material equality in counter or advantageous inequality. The differential treatment occurs only in the presence of conditions that are unfavorable in practice. At first, several theories that explain the principle of equality in the theory of law and public international law are articulated in order to develop a new understanding - a plural and a solidarity equality..

Key-Words: United Nations (UN). International jurisprudence. Resolutions of the UN General Assembly. Principle of Equality in Public International Law: Theory and Practice. Solidarity Equality.

RÉSUMÉ

RIBEIRO, Jeancezar Ditzz de Souza. *Principe de l'égalité en droit international public et son application dans l'Organisation des Nations Unies*. 2015. 314 fl. Doctorat. Faculté de droit - Largo San Francisco. Université de São Paulo, São Paulo, 2015.

Cette thèse vise à analyser le redimensionnement conceptuel du principe d'égalité en droit international public, ainsi que son application dans l'Organisation des Nations Unies, en particulier dans le système judiciaire, la Cour internationale de Justice, et dans les résolutions de l'Assemblée générale des Nations Unies sur le principe. Le changement le plus important dans la société internationale est son expansion horizontale d'Etats, qui affecte la validité des règles du droit international. La méthodologie du choix des cas et des résolutions analysés sera précédée d'une étude exploratoire de la doctrine sur le principe de l'égalité. La nouvelle compréhension du principe vise à assurer une égalité réelle à l'échelle internationale. Elle admet la possibilité de demander la réalisation de l'égalité matérielle par des inégalités compensatrices ou avantageuses. Ce traitement différent se produit seulement en présence de conditions défavorables dans la pratique. Au début de cette thèse, j'ai l'intention d'articuler plusieurs théories qui expliquent le principe de l'égalité dans la théorie du droit et du droit international public, pour, ensuite, de le comprendre à partir d'une nouvelle intelligence – une égalité commune et pluraliste.

Mots-clés: Nations Unies (ONU). La jurisprudence internationale. Résolutions de l'Assemblée générale des Nations Unies. Principe de l'égalité en droit international public: théorie et pratique. Égalité commune.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA TEORIA DO DIREITO	26
1.1 – O CONCEITO DA IGUALDADE	27
1.2 – A IGUALDADE NO DIREITO.....	31
1.3 – IGUALDADE, LIBERDADE E DEMOCRACIA	33
1.4 –IGUALDADE E JUSTIÇA.....	35
1.5 – O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NAS CONSTITUIÇÕES DOS ESTADOS	38
1.6 – A IGUALDADE NO PENSAMENTO POLÍTICO CLÁSSICO	39
1.7 – IGUALDADE ABSOLUTA E IGUALDADE RELATIVA.....	44
1.8 –IGUALDADE E LEI.....	52
1.9 – OUTRAS PERCEPÇÕES DA IGUALDADE.....	56
1.9.1 – A igualdade no pensamento de HANNAH ARENDT.....	57
1.9.2 – A igualdade no pensamento de JÜRGEN HABERMAS	59
1.9.3 – A igualdade complexa de MICHAEL WALZER	62
1.10 – A IGUALDADE COMO PRINCÍPIO.....	68
1.11 – O DIREITO INTERNACIONAL COMO DIREITO	72
1.12 – FUNDAMENTO SISTÊMICO DO DIREITO INTERNACIONAL	74
CAPÍTULO 2 – O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO DIREITO INTERNACIONAL	83
2.1 – AS ORIGENS DA SOCIEDADE INTERNACIONAL CLÁSSICA	84

2.2 – A IGUALDADE NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DE ESTADOS	89
2.3 – PERSPECTIVA HISTÓRICA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	93
2.3.1 - <i>As origens do Direito Internacional em VITÓRIA e em SUAREZ</i>	95
2.3.2 - <i>A ideia de igualdade em PUFENDORF</i>	96
2.3.3 - <i>A visão pragmática do Direito Internacional de BYNKERSHOEK</i>	102
2.3.4 - <i>A ideia de igualdade em VATTEL</i>	103
2.3.5 - <i>O princípio da igualdade nos publicistas modernos</i>	108
2.3.6 - <i>A afirmação da soberania do Estado em TRIEPEL e em ANZILOTTI</i>	110
2.4 – A DEFESA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NAS CONFERÊNCIAS DA PAZ DA HAIA	112
2.5 – O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL	121
2.5.1 - <i>O Caso dos Colonos Alemães na Polônia e o Tratamento Desigual</i>	126
2.5.2 - <i>O Caso Carélia Oriental e a igualdade na expressão de consentimento</i>	127
2.5.3 - <i>O Caso do Tratamento de Nacionais Poloneses na Cidade Livre de Danzig e a distinção dos direitos políticos para os nacionais</i>	129
2.5.4 - <i>O Caso do Acesso às Escolas Minoritárias Alemãs da Alta Silésia e o tratamento igualitário</i>	131
2.5.5 - <i>O Caso das Escolas Minoritárias na Albânia e o tratamento diferenciado para reestabelecer o equilíbrio entre as partes</i>	134
2.6 – A CONSAGRAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS	137
2.7 – OS PRINCÍPIOS NO DIREITO INTERNACIONAL	140
2.7.1 – <i>Os princípios gerais do Direito</i>	142
2.8 – A IGUALDADE COMO PRINCÍPIO DO DIREITO INTERNACIONAL	146

CAPÍTULO 3 – A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	153
3.1 – AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO	153
3.2 – A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	159
3.3 – ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	163
3.4 – AS RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.....	164
3.5– O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NAS RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	167
3.5.1 – <i>Declaração sobre os princípios de Direito Internacional relativos às relações amistosas e à cooperação entre os Estados de acordo com a Carta das Nações Unidas.....</i>	173
3.5.2 – <i>Declaração sobre a inadmissibilidade de intervenção nos Assuntos domésticos dos Estados e a proteção de sua Independência e Soberania</i>	176
3.5.3 – <i>Nova Ordem Econômica Internacional e Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados</i>	179
3.5.4 – <i>Declaração sobre o fortalecimento da Segurança Internacional</i>	183
3.6– APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA.....	185
3.6.1 – <i>Caso Canal de Corfu e a integridade dos Estados.....</i>	199
3.6.2 – <i>Caso Asilo e a derrogação do princípio da igualdade.....</i>	203
3.6.3 – <i>Opinião consultiva sobre a Interpretação de Tratados de Paz entre Bulgária, Hungria e Romênia e a igualdade como corolário da independência dos Estados.....</i>	205
3.6.4 – <i>Efeitos da Sentença de Compensação proferida pelo Tribunal Administrativo das Nações Unidas e a aplicação do princípio da igualdade na Organização</i>	207
3.6.5 – <i>Certas Despesas das Nações Unidas e aplicação do princípio da igualdade dos membros</i>	208

3.6.6 – <i>Caso Testes Nucleares franceses e o tratamento desigual</i>	208
3.6.7 – <i>Ordem de Prisão de 11 de abril de 2000 entre a República Democrática do Congo e Bélgica e a violação do princípio da igualdade</i>	209
3.6.8 – <i>O Caso da Imunidade de Jurisdição do Estado (Alemanha e Itália) e a discussão sobre a imunidade em violação de direitos humanos</i>	212
3.6.9 – <i>Síntese</i>	215
3.7– PROPOSTA DE REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS.....	217
CAPÍTULO 4 – O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	221
4.1– AS MUDANÇAS NO DIREITO INTERNACIONAL	223
4.2– O DIREITO INTERNACIONAL PÓS-MODERNO E A IGUALDADE.....	232
4.3– LIVRES E IGUAIS: A IGUALDADE NA ERA DA UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS	237
4.4 – FUNDAMENTO CONTEMPORÂNEO DA IGUALDADE NO PLURALISMO: RAWLS, WALZER E AMARTYA SEN.....	242
4.5 – O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	248
4.5.1 – <i>O Princípio da Igualdade Vantajosa e as Transformações Institucionais nas Nações Unidas</i>	249
4.5.1.1 – A Igualdade vantajosa na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento	250
4.5.1.2 - A promoção da Igualdade pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	253
4.5.2 – <i>Acesso à justiça no mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio</i>	255
4.5.3 – <i>O Direito ao Desenvolvimento e à soberania sobre os recursos naturais</i>	259
4.5.4 – <i>Novo Entendimento do Princípio da Igualdade no Direito do Mar</i>	263
4.5.5 - <i>A Igualdade na assistência econômica</i>	268

4.5.5.1 - A Igualdade no Fundo Monetário Internacional e as reformas para favorecer os Estados em desenvolvimento	264
4.4.5.2 - A Igualdade no Banco Mundial e os empréstimos para combater a extrema pobreza.....	268
4.6– PERSPECTIVAS DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE SOLIDÁRIA	271
CONCLUSÃO.....	282
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	288
ANEXO I - JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL: PARECERES CONSULTIVOS E CASOS JULGADOS.....	328
ANEXO II - RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS ANALISADAS	331

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, o Direito Internacional Público passou por uma série de transformações ocorridas em razão da ampliação dos canais de comunicação entre os Estados e do estreitamento dos espaços transnacionais. Tais mudanças se concretizaram a partir da expansão das inter-relações humanas entre indivíduos de diferentes lugares e um meio mais favorável ao crescimento do capitalismo, que passou a preponderar na maioria dos Estados, visto a necessidade de ampliação do comércio internacional.

No entanto, tudo isso só foi possível aliados a fatores científicos, culturais e sociais, que conduziu ao pluralismo de ideias e expõem faces da sociedade internacional nunca vistas anteriormente. Nesse contexto, percebe-se a evolução da sociedade internacional, ao ampliar a institucionalização internacional e englobar uma agenda internacional mais dinâmica e diversa e, por conseguinte, exigir a sistematização normativa no Direito Internacional, desencadeando uma sociedade internacional cada vez mais interdependente.

A direta e constante relação entre os Estados nas Organizações Internacionais estimula o desdobramento dessa agenda internacional. Isso pode ser, por exemplo, comprovado na discussão sobre a regulação das finanças e do comércio internacional, nos mecanismos que procuram amenizar os efeitos das mudanças climáticas, na ampliação da efetividade dos direitos humanos, na regulação dos espaços comuns e compartilhados, no direito ao desenvolvimento e na construção de blocos de jurisdição regional – todos fundados não somente em um Direito Internacional de coexistência ou mesmo em um Direito Internacional de cooperação, mas também na ideia de uma solidariedade internacional, universal e justa.

O tema do trabalho relaciona-se ao contexto dessas mudanças que são expostas a partir de um quadro dogmático e sistêmico do Direito Internacional, cujo paradigma de Westfália não é mais suficientemente capaz de criar soluções eficazes para os problemas mundiais, tais como os conflitos e as contradições do Direito Internacional. Contudo, não é porque os conceitos e a lógica de Westfália não sejam mais apropriados para as soluções da nova estrutura internacional que eles devam ser suprimidos de vez do Direito Internacional, visto que subsiste uma época de crise e de transição, com contornos ainda não muito bem definidos que afetam o Direito Internacional.

Cabe ressaltar que novas fontes normativas surgem orientando a aplicação das regras do Direito Internacional. Novos atores passam a pleitear a participação nos foros globais normativos e, conseqüentemente, na produção das regras. Mais que isso, os princípios do Direito Internacional se consolidam, se reinventam e passam a ter diferentes dimensões de aplicação.

E, apesar da interdependência entre os sujeitos do Direito Internacional e da inteligência de que, de fato, há um único sistema internacional, é relevante pensar que o aperfeiçoamento desse sistema depende do seu equilíbrio. Em muitos aspectos, a sociedade universal, justa e pluralista ainda é um ideal, uma aspiração a ser alcançada. Mesmo com o advento de mudanças tão profundas e a urgência de medidas significativas, é preciso cautela para limitar os possíveis riscos. Não obstante a percepção de que o mundo é segmentado em uma constelação de Estados, não se pode deixar que a harmonia universal se rompa pela natureza algoz dos sujeitos internacionais estatais que almejam controle, dominação ou posição de poder inesgotável.

Nesse aspecto, uma das mudanças mais importantes dessa época de transição, desde a Segunda Guerra Mundial, tem sido a grande expansão horizontal da sociedade internacional. Afinal, antes do processo de descolonização, dezenas de novos Estados da Ásia, da África e do Pacífico, tinham nenhuma ou pouca voz. Após a adesão ao sistema das Nações Unidas, tais Estados emergiram como membros de pleno direito na sociedade internacional. Assim é que, mesmo destoando de Estados mais desenvolvidos nas condições de extensão de território, de recursos materiais, de quantidade populacional, de desenvolvimento, de força militar e de estabilidade financeira, não se pode olvidar que são também Estados soberanos, independentes, juridicamente iguais e membros da sociedade internacional.

O Direito Internacional não pode ficar imune a todas essas modificações, sendo essencial reavaliar, por meio de novas reflexões, a validade das regras atuais. Estas continuam, em grande parte, arraigadas sobre pilares que perduram na tradição jurídica anacrônica e, obviamente, são ainda incompatíveis com as urgências contemporâneas do Direito. Daí que, a fim de promover mecanismos para ampliar a eficácia do Direito Internacional, exige-se por justificá-lo incessantemente, bem como reajustá-lo de acordo com as necessidades de uma sociedade em constante transformação.

Nesse sentido, a principal hipótese que orienta a presente tese é a de que há um redimensionamento conceitual do princípio da igualdade, um novo entendimento sobre o princípio, para garantir uma igualdade material no plano internacional. Como no direito

interno, percebe-se mecanismos que apresentam uma reformulação de igualdade formal para uma igualdade material. O princípio da igualdade torna-se mais sofisticado e mais aprofundado, porque o Direito Internacional, que regula as relações estabelecidas na sociedade internacional, ao longo da história, retrata as transmutações do desenvolvimento dos povos e a evolução da humanidade.

Desta maneira, diante do novo contexto internacional descrito e da problematização suscitada, o presente estudo é desenvolvido buscando responder, entre outras, algumas indagações, tais como: existe um fundamento teórico no Direito Internacional para uma nova concepção do princípio da igualdade no Direito Internacional Público? Em que ele se sustenta? Como ocorre a trajetória histórica evolutiva do princípio da igualdade no Direito Internacional até a sua consolidação? A mudança de entendimento sobre o princípio da igualdade na teoria do Direito encontra paralelo no Direito Internacional? Em que medida? Como o princípio da igualdade tem sido aplicado na Organização das Nações Unidas? Como as resoluções da Assembleia Geral constatarem o princípio da igualdade? Como a jurisprudência internacional tem compreendido essa mudança? Por fim, em que medida se percebe uma nova dimensão do princípio da igualdade no Direito Internacional Público e na Organização das Nações Unidas?

Para responder as indagações da presente pesquisa, explicitadas acima, é essencial resgatar as discussões sobre o fundamento do Direito Internacional a partir da leitura das transformações da sociedade internacional, por um viés do paradigma pluralista, dentro de um marco teórico idealista, no horizonte de efetividade do Direito Internacional. Considerar-se-á o pensamento jusnaturalista, bem como a perspectiva positivista para desenvolver a pesquisa por meio de métodos de abordagem diversos. Primeiro, em função não da multidisciplinariedade que envolve os mais variados aspectos do Direito Internacional, seus fundamentos, seus instrumentos novos, assim como a relação do tema com outros ramos da ciência, tais como a história, a política, a filosofia, a sociologia, a economia e as relações internacionais. Em segundo lugar, a partir da análise histórica da evolução do sistema e da dialética entre os vários campos de abordagem doutrinário do direito, para finalmente chegar à demonstração da hipótese levantada, bem como a sua resolução.

No que se refere às fontes utilizadas para a pesquisa, as fontes primárias são as prioritárias: sendo elas tanto as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, quanto a jurisprudência internacional selecionada. Sabe-se que a teoria sobre as fontes do Direito Internacional está diretamente relacionada ao processo de transformação histórica e cultural da humanidade, e que, com o advento da modernidade principalmente, o direito se torna

variável de acordo com as especificidades de cada momento histórico. Nesse transcorrer, cabe destacar que, compreende-se como fonte de Direito Internacional os documentos ou pronunciamentos de que emanam os direitos e as obrigações das pessoas internacionais, configurando assim os modos formais de constatação do Direito.

A metodologia da escolha dos casos e das resoluções analisadas será precedida por um estudo exploratório da doutrina sobre o princípio da igualdade. As resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas pesquisadas representam, com base nas hipóteses levantadas, a comprovação de uma nova percepção do princípio da igualdade na Organização das Nações Unidas, como será demonstrado neste trabalho. Esclarece-se que serão utilizados como sinônimos ao longo da pesquisa os termos “princípio da igualdade”, “igualdade soberana”, “igualdade” ou, mais especificamente, “igualdade jurídica”. Representando, inicialmente, o mesmo sentido de interpretação.

Cabe explicar que, formalmente, existe uma distinção entre o princípio da igualdade soberana e o da igualdade jurídica. Na consagração do princípio da *igualdade soberana* na Carta das Nações Unidas, o subcomitê responsável em discutir o princípio, na Conferência de São Francisco, recebeu uma proposta de substituição dos termos “igualdade soberana” por “igualdade jurídica” pela delegação uruguaia e outros descontentes com a expressão. Contudo, a proposta foi rejeitada por 13 votos contra 20. O Subcomitê votou pela manutenção da proposta original das Quatro Potências da época porque entendia que o termo englobava quatro concepções: a igualdade jurídica dos Estados, o gozo dos direitos inerentes à integridade territorial e à independência política e a obrigação dos Estados de cumprir de boa-fé os seus deveres internacionais.

A contribuição original da pesquisa ocorre principalmente pelo recorte teórico metodológico que se fará, além da análise comparativa para se chegar a um nova leitura sobre o princípio da igualdade jurídica a partir das modificações estruturais no Direito Internacional Público evidenciadas.

Assim, parte-se da afirmação de que os Estados são juridicamente iguais: com poderes iguais para o exercício de direitos e obrigações, sem distinção quanto à capacidade de adquirir e de exercer os direitos. O princípio da igualdade no Direito Internacional é o princípio da isonomia normativa em que as regras internacionais são produzidas e destinadas imparcialmente para todos os Estados, como unidades autônomas e formalmente iguais. Como evidenciado pela Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados, assinada a 26 de dezembro de 1933, em Montevideu, no artigo 4º, *os Estados são juridicamente iguais, desfrutam de iguais direitos e possuem capacidade igual para exercê-los. Os direitos de*

cada um não dependem do poder de que disponha para assegurar seu exercício, mas do simples fato de sua existência como pessoa de Direito Internacional.

Justifica-se o trabalho porque os fundamentos do Direito Internacional Público nunca foram tão necessários para se resgatar uma ordem baseada nos ideários de paz, tendo o princípio da igualdade como basilar das relações amistosas entre os Estados, numa realidade cada vez mais complexa. Além disso, novo entendimento sobre o princípio da igualdade está em conformidade com a consolidação do Direito Internacional como um fundamento comum aos Estados, graças, não só à edição de inúmeros tratados, mas também ao funcionamento de Tribunais Internacionais, Cortes e órgãos assemelhados, aumentando a previsibilidade do Direito Internacional. O Direito Internacional clássico, ainda vigente no início do século XX, foi marcado pelo voluntarismo estatal e refletia a permissão do recurso à guerra, de tratados desiguais, da diplomacia secreta, da manutenção de colônias, de protetorados e de zonas de influência. É contra essa ordem oligárquica e injusta que insurgem os princípios emergentes do Direito Internacional contemporâneo, tal como o da igualdade dos Estados.

O princípio da igualdade entre os Estados é uma noção fundamental, não somente para o Direito Internacional, mas também para a organização da sociedade como um todo, que inclui um sistema de igualdade soberana de Estados que compõem uma forma de repartir as competências e a extensão dos exercícios dos poderes de ação do Estado na sociedade internacional. Levando-se em consideração o Direito Internacional como essencial no que se refere às normas para interpretar o sistema jurídico dos Estados como um todo.

Contudo, essa proeminência do princípio da igualdade, como uma das bases do Direito Internacional Público, não é acompanhada por uma reflexão acadêmica mais detalhada, o que justifica o estudo do tema na ciência jurídica. Considera-se o Direito Internacional é essencial para a compreensão da lógica e do funcionamento do sistema internacional contemporâneo, tendo como base a discussão sobre o princípio da igualdade e as transformações que ocorreram na sociedade.

Para responder as indagações e comprovar a hipótese levantada, a tese será apresentada em quatro capítulos. O primeiro capítulo buscará situar e conceituar o princípio da igualdade na teoria do Direito e na relação do princípio com a justiça, a liberdade e a democracia. Sem pretensões de esgotar o tema, serão apontadas as distinções entre igualdade absoluta e igualdade relativa. Ainda nesse capítulo, retoma-se a ideia da igualdade no pensamento clássico, bem como as percepções da igualdade em ARENDT, em HABERMAS e em WALZER. Por fim, será apresentada a ideia da igualdade como um princípio do Direito

Internacional, a confirmação do Direito Internacional como direito e o fundamento sistêmico do Direito Internacional.

A seguir, no capítulo dois, será realizada uma análise do princípio da igualdade no Direito Internacional, desde sua formação histórica na sociedade internacional clássica. Além disso, a perspectiva histórica apresentará os primeiros escritos sobre o princípio da igualdade no Direito Internacional, sobre aqueles que fundaram o Direito Internacional, com destaque para PUFENDORF e para VATTEL, bem como as discussões do princípio da igualdade nos escritos dos publicistas modernos. A seguir, o capítulo traz a defesa do princípio da igualdade pelo representante brasileiro RUI BARBOSA na Conferência da Paz da Haia de 1907. O capítulo se desenvolve com a discussão sobre a aplicação do princípio da igualdade na Corte Permanente de Justiça Internacional até sua consagração, na Carta de São Francisco em 1945 como princípio do Direito Internacional.

O capítulo três, por sua vez, irá demonstrar a aplicação do princípio da igualdade na Organização das Nações Unidas, nas resoluções da Assembleia Geral e na jurisprudência internacional. As transformações na aceção do princípio da igualdade soberana são evidenciadas com destaque na definição do princípio da igualdade na *Declaração sobre os Princípios de Direito Internacional contemporâneo relativos às relações amistosas e à cooperação entre os Estados de acordo com a Carta das Nações Unidas*, aprovada pela Assembleia Geral de 1970, um dos documentos mais relevantes sobre os princípios do Direito Internacional contemporâneo. Finalizando o capítulo, será apresentada uma sugestão de reforma das Nações Unidas mais coerente com o novo entendimento sobre o princípio da igualdade entre Estados.

No quarto e último capítulo, será apresentada a releitura do princípio da igualdade no Direito Internacional contemporâneo, na qual se procura expor um novo entendimento sobre o princípio da igualdade a partir das questões levantadas nos capítulos anteriores, bem como as principais mudanças no Direito Internacional e no fundamento do Direito Internacional pós-moderno. Um destaque será concedido sobre a relevância do indivíduo no Direito Internacional pós-moderno, na era da universalidade dos direitos humanos, bem como a retomada do marco teórico. Para concluir o capítulo, será constatada a relação do princípio da igualdade com o acesso à justiça no Direito Internacional Público, na perspectiva do princípio da igualdade solidária.

O princípio da igualdade, como princípio basilar das Nações Unidas, é percebido como o fundamento da soberania e do exercício do poder soberano dos Estados diante dos demais. Além disso, assim como na ordem interna, algumas situações de desigualdade na lei

não ferem o princípio da igualdade, como o tratamento diferenciado a determinados Estados em desenvolvimento. O princípio admite a possibilidade de buscar a realização da igualdade material com as desigualdades compensatórias ou vantajosas. O tratamento diferenciado ocorre apenas na presença de condições que são desfavoráveis na prática. Portanto, a ordem internacional legítima deve ser capaz de respeitar o exercício da igualdade soberana de cada Estado para a manutenção do equilíbrio e da paz, levando-se em consideração as diferenças entre os Estados e a necessidade de implementar a justiça distributiva para promover a *igualdade solidária*. Por fim, a igualdade é vazia se não pode ser traduzida em igualdade efetiva.

CONCLUSÃO

A presente tese, ainda que traga em seu conteúdo um amplo levantamento sobre a expressão do princípio da igualdade no Direito Internacional Público contemporâneo, procurando ser fiel às fontes primárias como as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e a interpretação do princípio pela jurisprudência internacional, não tem a pretensão de ser um estudo acabado sobre a relevância do princípio no Direito Internacional. O propósito é mostrar que os argumentos que foram desenvolvidos poderão reforçar a tese sobre a mudança quanto ao entendimento sobre o princípio da igualdade e seu redimensionamento.

Assim, comprovou-se que, a partir das mudanças da sociedade internacional expostas e do quadro dogmático e sistêmico do Direito Internacional apresentado, demonstrou-se que o paradigma de Westfália, com base no princípio da igualdade soberana não foi suficiente para garantir a igualdade, já que, pelo contrário, reforçou a desigualdade entre os Estados. A igualdade jurídica não deve ser interpretada de forma estrita em uma sociedade de Estados diversos, ele deve se preocupar com a desigualdade de fato entre os Estados. Em virtude disso, há estatutos jurídicos distintos para cada Estado adequados às particularidades de cada um deles. Assim sendo, ao variar as categorias de Estados, é possível a criação de uma condição particular.

Observou-se que as fontes normativas surgiram para ampliar a participação dos Estados nos foros internacionais, com destaque para as Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e a aplicação do princípio pela jurisprudência internacional, ainda que nesta última de forma tímida, mas logrando garantir a consolidação do princípio da igualdade, a partir da mudança quanto ao entendimento sobre o princípio da igualdade, num processo de aperfeiçoamento constante do sistema internacional em busca de justiça e da paz.

No capítulo primeiro da tese, após a delimitação do marco teórico, a fim de se demonstrar as acepções do princípio da igualdade, observou-se que o conceito de igualdade que está presente nos primórdios do Estado liberal, convencionalmente chamado de igualdade formal, não pode ser o mesmo que constitui o Estado da solidariedade. A mudança no conceito do princípio da igualdade foi um dos motivos que levou às transformações do próprio Estado, na ordem interna e na ordem internacional. A transformação do entendimento do princípio da igualdade passou por pelo menos três momentos: a igualdade

entendida como igualdade de todos perante a lei, em que a igualdade indica a prevalência da lei; a igualdade compreendida como a proibição de discriminação de qualquer natureza; e a igualdade como igualdade da própria lei, ou seja, uma igualdade na lei. Nesta última dimensão, há uma obrigação de tratamento diferenciado com o propósito da compensação de uma desigualdade de oportunidades, o que pressupõe a eliminação de desigualdades de natureza social, econômica e cultural.

No segundo capítulo da tese houve o resgate dos fundamentos do Direito Internacional, a defesa do princípio da igualdade jurídica entre os Estados por RUI BARBOSA nas Conferências da Paz da Haia de 1907 e a aplicação do princípio nos casos consultivos e contenciosos da Corte Permanente de Justiça Internacional, indicando que a situação da desigualdade era flagrante e precisava ser amparada pelo Direito Internacional de uma maneira mais efetiva. Assim, nas Conferências para organizar o mundo depois da Segunda Guerra Mundial, a Carta de São Francisco consagrou o princípio da igualdade jurídica, parâmetro para toda a organização e para as relações entre Estados. Por certo, o princípio básico da igualdade jurídica é o princípio democrático do Direito Internacional contemporâneo, uma vez que colocou no mesmo plano grandes e pequenos Estados. Não obstante, como ocorreu na ordem interna, o princípio promovia também a dominação dos mais poderosos, ao tratar os Estados formalmente da mesma maneira. Contraditoriamente, concedeu poder excessivo aos membros permanentes do Conselho de Segurança, distorcendo a ideia de igualdade jurídica defendida pela própria Carta, ocasionando, assim, a emergência da reforma para o fortalecimento da Assembleia Geral das Nações Unidas e da Corte Internacional de Justiça.

No terceiro capítulo, foi verificado que o princípio da igualdade era formal e consagrava a dominação dos Estados maiores em razão de tornar os Estados menores indefesos em uma sociedade internacional excludente. Demonstrou-se, ainda, que a aplicação do princípio da igualdade jurídica a todos os setores das relações internacionais apenas levava os Estados subdesenvolvidos, situações desvantajosas no Direito Internacional, com mais expressividade nos aspectos econômicos, uma vez que não tinham direito a qualquer proteção especial. Logo, o capítulo demonstrou, por meio da análise de diferentes Resoluções da Assembleia Geral, que surgiu no sistema das Nações Unidas, especialmente com a presença paulatina de Estados em desenvolvimento, uma maior necessidade de considerações especiais, para promover a igualdade real, e não mais a igualdade formal simplesmente. Essas normas especiais apareceram na inadmissibilidade de intervenção nos assuntos domésticos dos Estados, no estabelecimento de uma nova ordem

econômica internacional e, enfim, no direito ao desenvolvimento e ao fortalecimento da segurança internacional.

No quarto e último capítulo da tese, a par das perspectivas do Direito Internacional pós-moderno e na consagração da luta pela igualdade na era da universalidade dos direitos humanos, grandes impactos sobre o entendimento do princípio da igualdade foram sofridos. A tese demonstrou no fundamento do pluralismo, a consolidação progressiva de uma nova compreensão sobre o princípio da igualdade. Na busca pela justiça no Direito Internacional Público, a igualdade jurídica não deve ser interpretada de uma maneira estrita numa sociedade de Estados tão diversos, pois deve-se atentar para a desigualdade de fatos entre os Estados. Em suma, ressalta-se que a existência de situações diferenciadas no exercício de direitos e de obrigações internacionais dos Estados deve ser pautada pelo princípio da igualdade solidária, com o fim de mitigar as desigualdades concretas entre os Estados soberanos. A luta dos Estados em desenvolvimento procurou introduzir mecanismos para corrigir vícios históricos, históricos e naturais, para que os Estados, então, possam usufruir plenamente a igualdade. O que foi demonstrado pela atuação dos Estados em diferentes situações: na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no acesso aos mecanismos de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio, no direito soberano do Estado ao desenvolvimento e nas situações especiais para Estados desfavorecidos no Direito do Mar, no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional.

Em resposta às indagações da pesquisa, utilizou-se o fundamento teórico para a nova concepção do princípio da igualdade no Direito Internacional Público está na ideia de justiça distributiva e solidarista, no qual busca amenizar os problemas concernentes ao monopólio dos Estados poderosos. Assim, a obrigação de diferenciação para se compensar a desigualdade entre os Estados significa que o princípio da igualdade tem uma função *solidária*, fato que pressupõe o dever de eliminação ou atenuação da sociedade internacional das desigualdades sociais, econômicas e culturais, a fim de se assegurar a igualdade jurídico-material.

Nota-se que o novo entendimento sobre o princípio da igualdade jurídica tem fundamentado efetivamente as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, não somente no que diz respeito à questão do desenvolvimento para alcançar a igualdade, mas em temas relacionados à segurança internacional e à promoção dos direitos humanos para alcançar a paz. As resoluções que se referem ao princípio da igualdade demonstram a concepção de tratamento diferenciado para se alcançar a igualdade plena. Na Corte

Internacional de Justiça, contudo, apesar da preocupação de se aplicar o princípio da igualdade nos termos da Carta, ainda é bastante conservadora no que se refere à aplicação do princípio da igualdade solidária, em especial, ao conceder a imunidade de jurisdição entre Estados, um corolário do princípio da igualdade, mesmo no caso de flagrante violação aos direitos humanos. Percebe-se que no sistema das Nações Unidas, a Assembleia Geral desenvolve e aplica e desenvolve o novo entendimento sobre o princípio da igualdade solidária.

A nova dimensão do princípio da igualdade é a igualdade solidária, que sustenta o tratamento desigual compensatório, o que não significa propriamente o abandono do princípio da igualdade jurídica, mas denota que os Estados submetem-se ao Direito Internacional Público de modo igual, procurando compensar solidariamente as diferenças entre eles. Vale ressaltar que não há incongruência em afirmar que a desigualdade econômica deva ser levada em consideração, porque deste modo a tendência é no sentido de uma igualdade solidária, entendida como a igualdade de fato que deve ser o pressuposto da igualdade jurídica.

Assim, o novo entendimento sobre o princípio da igualdade procura garantir a igualdade material no plano internacional. No direito interno, percebe-se mecanismos que apresentam uma reformulação de igualdade formal para uma igualdade material; que no Direito Internacional, é expresso pelo princípio da igualdade solidária. O princípio da igualdade, portanto, torna-se mais complexo, dinâmico e mais aprofundado, uma vez que o Direito Internacional, que regula as relações estabelecidas na sociedade internacional ao longo da história, procura retratar as transmutações do desenvolvimento dos povos e a evolução da humanidade. A sociedade internacional se transforma, assim como o Direito Internacional se expande e muda.

O princípio da igualdade dos Estados é completado quando os Estados têm o direito de dispor livremente de seus recursos naturais, de receber um tratamento especial para combater a fome e a miséria, entre tantas outras causas de desigualdades. Eis a noção do princípio da igualdade em seus aspectos econômicos. Sem dúvida, a interdependência da sociedade internacional contemporânea potencializada pela globalização, na diminuição da relação entre tempo e espaço, traz a emergência de novos atores internacionais e sujeitos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, o que dilui em certa medida o poder político tradicionalmente depositado no Estado. O redimensionamento da soberania dos Estados para as Organizações Internacionais, em especial à ONU, no que se refere à

segurança coletiva e a promoção da paz, representa uma transformação estrutural do Direito Internacional contemporâneo que vai impactar na maneira que o princípio é aplicado.

O mundo contemporâneo não é mais o mesmo de quando o princípio foi formalmente previsto no século XVII, no marco da Paz de Westfália de 1648. PUFENDORF e VATTEL foram um dos primeiros a tratar da analogia da igualdade entre os indivíduos aplicada também nas relações entre os Estados. No entanto, hoje, o mundo é bastante diverso daquele, pois, além da maior presença de Estados reconhecidos na sociedade internacional que representam uma modificação substancial nos temas e na agenda na Organização das Nações Unidas, também, há uma expansão de temas ligados ao Direito Internacional e a presença cada vez mais acentuada de Organizações Internacionais.

A concepção de uma igualdade jurídica puramente formal, em consonância com o princípio geral de igualdade perante a lei, é questionável quando se constata que a igualdade de direitos não é por si só suficiente para tornar acessíveis aos Estados desfavorecidos os mesmos direitos dos Estados privilegiados. Os tratamentos legais diferenciados são compatíveis com o princípio da igualdade no Direito Internacional, desde que verificada uma finalidade razoavelmente proporcional ao fim que se procura tutelar.

Outra evidência de que o princípio da igualdade se transformou, em uma percepção da mudança do entendimento sobre o princípio, é o que se refere ao tratamento diferenciado concedido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a partir da ideia inicial de que a igualdade desempenha um propósito funcional e legítimo em proteger os direitos de um Estado soberano de uma perspectiva solidária. A Convenção, atenta às demandas dos Estados geograficamente desfavorecidos e dos Estados sem litoral, procura conceder aos Estados, em bases equitativas, a apropriação dos recursos do mar. O que demonstra outra diferenciação positiva para a efetividade da igualdade entre Estados.

Qualquer sistema político e jurídico que tenha preocupação com a legitimidade precisa ter alta consideração pela ideia de igualdade real e os problemas que a falta dela decorrem. Os Estados devem dispensar atenção especial ao princípio e atuar de modo que suas ações, internas ou internacionais, sejam impregnadas com a ideia de isonomia. Percebe-se que mesmo após todas as mudanças apontadas na sociedade internacional, o tratamento de paridade não deve redundar na ideia de tratamento dos iguais de forma idêntica, mas deve ser compreendido pelo prisma da eficácia, por meio da igualdade solidária.

Por fim, não deve o princípio da igualdade se limitar apenas à ideia formal de igualdade perante a lei, mas para ser ele o fundamento da garantia e na implementação da justiça e da efetividade do Direito Internacional. Urge assim pelo avanço constante na

interpretação do princípio na melhor interpretação do princípio da igualdade rumo aos clamores da justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABI-SAAB, Georges. *Cours Général de Droit International Public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 207, 1987-VII, p. 3-463.

_____. Fragmentation or Unification: some concluding remarks. *New York University Journal of International Law and Politics*, vol. 31, 1999.

ABREU, Cesaltina. Amartya Sen. Reexaminando a desigualdade. *Revista Angolana de Sociologia*, n. 10, 2012, p. 205-208.

ACCIOLY, Hildebrando. *Tratado de Direito Internacional Público*, volumes. I, II e III. Prefácio à 3ª edição histórica de Paulo Borba Casella. FUNAG: Brasília, São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. *Tratado de Direito Internacional Público*, 2ª ed., vol. I, São Paulo: Saraiva, 1957.

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional Público*, 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

AGRA, Walber de Moura. *Curso de Direito Constitucional*, 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012.

AGO, Roberto. *Science juridique et droit international*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 90, 1956-II, p. 851-958.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Relações Internacionais Contemporâneas – A ordem mundial depois da Guerra Fria*, 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007

ALEXIDZE, Levan. *Legal nature of Jus cogens in contemporary international law*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 172, 1981-III, p. 219-270.

ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

_____. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

_____. *Constitucionalismo Discursivo*. 2ª ed. Tradução Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. Sobre as Estruturas dos Princípios Jurídicos. Tradução Fernando Alves Gomes, Luiz Gonzaga Guimarães e Garcia de Carvalho. *Revista Internacional de Direito Tributário*. Belo Horizonte, v. 3, p. 155-167, jan./jun. 2005.

AL-KHATIB. *La part du droit dans l'organisation économique internationale contemporaine*: Essai d'évolution. Bruxelles, Bruylant/Editions de l'Université de Bruxelles, 1994.

ALMEIDA, Marcelo Pereira. *Precedentes Judiciais*: análise crítica dos métodos empregados no Brasil para a solução de demandas de massa. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

ALMEIDA, Guilherme de Assis. PERRONE-MOISÉS, Claudia (coordenadores). *Direito Internacional dos Direitos Humanos*: instrumentos básicos. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (org). *Relações Internacionais do Brasil*: temas e agendas, vol. I, São Paulo: Saraiva, 2001.

ALVAREZ, José E. *International organization as law-makers*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

ALVES, José Augusto Lindgren. *A Arquitetura internacional dos direitos humanos*, São Paulo: FTD, 1997.

_____. *Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ALVIM, Ildelfonso Dutra. *Limitações ao exercício da soberania*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

AMARAL JÚNIOR, Alberto. *Curso de Direito Internacional Público*, 3ª edição, 2012.

_____. *A Solução de Controvérsias no OMC*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

_____. O Diálogo das Fontes: Fragmentação e Coerência no Direito Internacional Contemporâneo. *Anuário Brasileiro de Direito Internacional*, v. 2, p. 11-33, 2008.

_____. *A reforma do sistema de solução de controvérsias na OMC e os países em desenvolvimento*. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

AMARAL, Diogo Freitas do. PIÇARRA, Nuno. *O Tratado de Lisboa e o princípio do primado do direito da União Europeia*: uma evolução na continuidade. *Revista de Direito Público*, nº 1, Lisboa, jan./jun. 2009, p. 9-56.

AMORIM, Celso. *A diplomacia multilateral do Brasil*: um tributo a Rui Barbosa. Brasília: FUNAG/IPRI, 2007.

ANGHIE, Antony; CHIMNI, Bhupinder; MICHELSON, Karin; OKAFOR, Obiora. *The Third World and International Order: Law, Politics and Globalizations*. Leiden: Martinus Nijhoff, 2003.

ANZILOTTI, Dionisio. *Corso di diritto internazionale*. Athenaeum : Roma MCMXXVII, 1927.

ANSONG, Alex. *The Concept of Sovereign of States in International Law*. São Bernardino, CA: Law Research Associates, 2012.

ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho. A Construção da Igualdade: Reflexões sobre o Pensamento Arendtiano. *Revista de Estudos Criminais*, ano X, n. 42, julho/setembro de 2001, p. 71-84.

ARBUET VIGNALI, Heber. *Derecho Internacional Público*. Montevidéo: Fundación de Cultura Universitaria, t. I, 1996.

_____. *Lecciones de historia de las relaciones internacionales*. Montevidéo: Cultura Universitaria, 1993.

_____. *Lecciones de derecho diplomático y consular*. 1ª ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1993.

AREND, Anthony Clark. *Legal Rules and International Society*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Introdução de Celso Lafer. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Salamandra Editorial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

_____. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. *Ética a Nicômaco*, tradução do grego por Mário da Gama Cury, 3ª ed., Brasília: Ed. UnB, 1992.

_____. *A Política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves; revisão da tradução Silene Cardoso. São Paulo: Ícone, 2007.

ANAND, R. P. *Sovereign equality of states in international Law*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 1986-II, v. 197, p. 9-228.

ARANGIO-RUEZ, Gaetano. *The normative role of the General Assembly of the United Nations and the Declaration of Principles of Friendly Relations*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 137 1972-III, p. 419-742.

ARON, Raymond. *Étapes de la Pensée Sociologique*: Montesquieu, Comte, Marx, Tocqueville, Durkheim, Pareto, Weber. Paris: Gallimard, 1971.

ARNAUD, Jean-André. *O Direito entre Modernidade e Globalização*: Lições de Filosofia do Direito e do Estados. Tradução de Patrice Charles Guillaume. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

AZAR, Aïda. *L'exécution des décisions de la Cour Internationale de Justice*. Bruxelles: Editions Bruylant, 2003.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 11ª ed. revista, São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

BARBERIS, Julio A. *Formación del derecho internacional*. Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 1994.

BARBOSA, Rui. *A Segunda Conferência da Paz*. Obras Completas de Rui Barbosa, Vol. XXXIX, 1907, Tomo II. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1966.

_____. *Os conceitos modernos do direito internacional*. Estabelecimento do texto do original espanhol, tradução, notas, apêndices e introdução de Sérgio Pachá. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

BARRAL, Welber (org.). *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

BARRETO, Vicente de Paulo. *Dicionário de Filosofia do Direito*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos: Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2006.

BARROSO, Luís Roberto; TIBURCIO, Carmen. *Direito constitucional internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

BASTID, Suzanne. *La jurisprudence de la Cour Internationale de Justice*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 78, 1951-I, p. 575-686.

BEDIN, Gilmar Antônio. *A sociedade internacional clássica: aspectos históricos e teóricos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BEDJOU, Mohammed. *Droit international: Bilan et perspectives*. Paris: Pedone et Unesco, 1991.

BLANCO, Sandra. 1960's and 1970's: The World Bank Attacks Poverty; Developing Countries attack the IMF. *Transnational Law & Contemporary Problems*, vol. 9, issue 1, p. 109-118.

BOBBITT, Philip. *A Guerra e a Paz na História Moderna*. O impacto dos Grandes Conflitos e da política da formação das nações. Tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral do direito*. Tradução Denise Agostinetti, 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1999.

_____. *Igualdade e Liberdade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: EDIOURO, 1996.

_____. *Igualdad y libertad*. Introdução de Gregório Peces-Barba, tradução de Pedro Aragon Rincón. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

_____. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Volumes 1 e 2, 13ª ed. Brasília: Editora UnB, 2010.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. *El ABC del Derecho Comunitario*. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 1994.

BORGES, José Souto Maior. *Curso de Direito Comunitário: instituições de direito comunitário comparado: União Europeia e MERCOSUL*. São Paulo: Saraiva, 2009.

BORGHT, Kim van der. The Advisory Center on WTO Law: Advancing fairness and Equality. *Journal of International Economic Law*, Oxford University Press, n. 2, vol. 4, dezembro de 1999, p. 723-728.

BOURGEOIS, Leon. *Oeuvre de la societe des nations*. Paris: Payot, 1920.

BOUTROS-GHALI, Boutros. *Le principe d'égalité des Etats e les Organisations Internationales*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 1960-II, vol. 100, p. 9-70.

_____. *Le droit international a la recherche de ses valeurs: paix, développement, démocratisation*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 2000, vol. 286, p. 9-38.

BOWN, Chad P.; McCULLOCH, Rachel. Developing countries, dispute settlement, and Advisory Centre on WTO Law. *The Journal of International Trade & Economic Development*, vol. 19, n. 1, March 2010, p. 33-63.

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (org.). *Comentário à Carta das Nações Unidas*. Coordenação Executiva Pedro Ivo Ribeiro Diniz e colaboração de Ana Muñiz Álvarez et al. Belo Horizonte: Cedin, 2008.

BRASIL. *Legislação de Direito Internacional*, 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

BRIERLY, James Leslie. *Direito Internacional*. Tradução de M. R. Crucho de Almeida, da 6ª edição inglesa, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

_____. *Le fondement du caractere obligatoire du droit internacional*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 1928-III, vol. 23, p. 463-552.

_____. *Règles générales du droit de la paix*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 58, 1936-IV, p. 1-242.

BROCHES, Aron. *International legal aspects of the operations of the World Bank*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 98, 1959-III, p. 297-409.

BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

_____. *Principles of Public International Law*. 4ª ed. Oxford: Clarendon Press, 1980.

_____. *International Law at Fiftieth anniversary of the United Nations: general course on public international Law*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 1995, vol. 255, p. 9-228.

_____. *Legal status of natural resources in international law (some aspects)*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 162, 1979-I, p. 245-318.

BUCCI, Daniela. *Dimensões jurídicas da proteção da vida e o aborto do feto anencéfalo*. Curitiba: Clássica Editora, 2014.

BRUGIÈRE, Pierre F. *Les pouvoirs de l'Assemblée générale des Nations Unies en matière politique et de sécurité*. Paris : A. Pedone, 1955.

BURLAMAQUI, J. J. *Principes du droit de la nature et des gens*. Paris: Pais de Justice, 1820.

BYNKERSHOEK, Cornelis van. *De domínio maris dissertatio*. A photographic reproduction of the second edition with an English translation by Ralph van Deman Magoffin, and na introduction by Hames Breon Scott. New York: University Press, 1923.

CAHIER, Philippe. *Changements et continuité du droit internacional: cour general de droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 1985-VI, vol. 195, p. 9-374.

CALOYANNI, Mégalos A.. *L'organisation de la Cour permanente de justice et son avenir*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 38, 1931-IV, p. 651-786

CALVO, Carlos. *Droit International: theorique et pratique*. Paris: Guillaumin, 1888.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

CAMPOS, Francisco. *Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.

CAMPOS, João Mota de. *Direito Comunitário*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CANTARELLI, Margarida. O Território do Estado e a Gradação da Soberania. *Revista da Escola de Magistratura Federal da 5ª região*. TRF 5ª Região, Recife, n. 1, 2001, p. 103-135.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 1998.

CAPPELLETTI, Mauro; CARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução e revisão de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

CAPUCIO, Camilla. *Comércio Internacional e Integração Regional: a OMC e o regionalismo*. Apresentação de Wagner Menezes. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

_____. *Implementação das Decisões do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC e mecanismos de efetivação no Direito brasileiro*. Tese de Doutorado em Direito Internacional. Orientação Wagner Menezes. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARDIM, Carlos Henrique. A Luta pelo Princípio da Igualdade entre as Nações: Rio Branco e Rui Barbosa na Conferência da Paz de Haia de 1907, p. 11-29. In. CHDD – Centro de História e Documentação Diplomática. *II Conferência da Paz, Haia, 1907: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa*. Brasília: FUNAG, 2014.

_____. *A Raiz das Coisas*. Rui Barbosa: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARREAU, Dominique. JUILLARD, Patrick. *Droit International économique*. 4ª Ed. Paris: Dalloz, 2010.

CARRILLO-SALCEDO, Juan-Antonio. *Droit international et souveraineté des états: cours général de droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 257, 1996, p. 35-221.

CARRIÓ, Genaro R. *Princípios jurídicos y positivismo jurídico*. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1970.

CARVALHO, Daniel Campos de. *Déficit democrático na União Europeia: gênese normativa e perspectivas jurídicas*. Tese de Doutorado em Direito Internacional. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CASELLA, Paulo Borba. *Direito Internacional no Tempo Antigo*. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *Direito Internacional no Tempo Medieval e Moderno até Vitória*. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *Comunidade europeia e seu ordenamento jurídico*. São Paulo: LTr, 1996.

_____. *Direito Internacional dos Espaços*. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *Tratado de Versalhes na história do direito internacional*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

_____. Fundamentos e Perspectivas do Direito Internacional pós-Moderno. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, jan/dez 2006, p. 433-466.

_____. *Mercosul: exigências e perspectivas, integração e consolidação de espaço econômico integrado (1995-2001-2006)*. São Paulo, LTr, 1996.

_____. Direito Internacional Pós-moderno e a revisão dos modelos institucional e normativo. In: BRIC-Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul: uma perspectiva de cooperação internacional. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Conceito de Sistema, Contexto Internacional e Pós-Modernidade. In: ADEODATO, João Maurício; BITTAR, Eduardo C. B. (org.). *Filosofia e Teoria Geral do Direito: Homenagem a Tércio Sampaio Ferraz Júnior*. São Paulo: Quartier Latin, 2011, v. 1, p. 999-1024.

_____. Evolução institucional do direito internacional à luz do cinquentenário do conceito de direito de Hart (1961). *Revista Brasileira de Filosofia*. Vol. 236, jan-jun., 2001.

_____. *Fundamentos do Direito Internacional Pós-moderno*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. Ampliação da União Europeia: a Europa central se integra. In. MARQUES, Claudia Lima; ARAÚJO, Nádia de. *O novo direito internacional: estudos em homenagem a Erik Jayme*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 723-743.

_____. (org). *Dimensão internacional do direito: estudos em homenagem a G. E. do Nascimento e Silva*. São Paulo: LTr, 2000.

_____. Secessão no Direito Internacional e o Parecer Consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre o Kosovo de 22 de julho de 2010. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Ano XXVIII, agosto/dezembro de 2013, n. 119-124, v. 1, p. 111-126.

CASSESE, A. *Modern constitutions and international law*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 192, 1985-III, p. 331-476.

CASTAÑEDA, Jorge. *Valeur juridique des résolutions des Nations Unies*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 129, 1970-I, p. 205-331.

CASTRO, Amílcar de. *Direito Internacional Privado*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CELLI JÚNIOR, Umberto. A Organização Mundial do Comércio e o Regionalismo do Século XXI. *Densidades*, v. 9, p. 91-107, 2012.

_____. Teoria Geral da Integração: em busca de um modelo alternativo. In. MERCADANTE, Araminta de Azevedo; ARAÚJO, Leandro Rocha; CELLI Jr., Umberto. *Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

_____. AMARAL JÚNIOR, Alberto do (org.). *A OMC: desafios e perspectivas*. São Paulo: Aduaneiras, 2014.

CHAUMONT, Charles. *Cours general de droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 129, 1970-I, p. 333-527.

CHENG, Bin. *General Principles of Law as Applied by International Courts and Tribunals*, with a foreword by Georg Schwarzenberger. Cambridge: Grotius, 1987.

CHERSTERMAN, Simon; FRANCK, Thomas M.; MALONE, David M. *Law and practice of the United Nations: documents and commentary*. New York: Oxford University Press, 2008.

CHIMINI, B. S. Third World Approaches to International Law: A Manifesto. *International Community Law Review*. Vol. 8, n. 1, p. 3-27, The Hague, 2006.

_____. A Just world under law: a view from the South. *American University International Law Review*. Vol. 22, n. 2, p. 199-220, 2007.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria Geral do Processo*. 30ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2014.

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, direito e justiça distributiva*. Elementos da filosofia constitucional contemporânea, 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

CLARK, Grenville; SOHN, Louis B. *La Paz por el derecho mundial*. Barcelona: Bosch, 1961.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. Igualdade, desigualdades. *Revista trimestral de direito público*, São Paulo, n. 1, 1993.

COT, Jean-Pierre; PELLET, Alain. *Le Charte des Nations Unies: commentaire article par article*. Paris: Economica, 1991.

CRAWFORD, James. *Brownlie's Principles of Public International Law*. 8ª Ed. Oxford: Oxford Press, 2012.

CRETELLA Neto, José. *Teoria Geral das Organizações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. *O direito à diferença: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e portadores de deficiência*. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

CRUZ, Luiz Felipe Ferreira. *Ações afirmativas e o princípio da igualdade*. Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos. Faculdade de Direito da Universidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. *Revista Economia e Sociedade*, vol. 16, n. 1, Campinas, abril de 2007.

CULLET, Philippe. Differential Treatment in International Law: towards a new paradigm of inter-state relations. *European Journal of International Law*, vol. 10, no. 3, 1999.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. 2ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

DANTAS, F. C. San Tiago. Igualdade perante a lei e due process of law: contribuição ao estudo da limitação constitucional do Poder Legislativo. *Revista Forense*, v. 116, p. 357-367, Rio de Janeiro, 1948.

D'ARCY, François.: instituições e ordenamento jurídico. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002.

DAVID, René. *Os grandes sistemas do Direito Contemporâneo*. 4ª ed., tradução Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DEGAN, Vladimir-Djuro. *L'interprétation des accords en droit international*. La Haye : M. Nijhoff, 1963.

_____. *Création et disparition de l'Etat (à la lumière du démembrement de trois fédérations multiethniques en Europe)*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 279, 1999, p. 195-375.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Introdução, análise e notas de Étienne Gilson. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DELGADO, Ana Paula Teixeira. *O direito ao desenvolvimento na perspectiva da globalização: paradoxos e desafios*. Dissertação de Mestrado em Direito Internacional. Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientação Celso D. de Albuquerque Mello. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DELBEZ, Louis. *Principles generaux du droit international public*. Paris: Gen. de Droit et de Jurisprudence, 1964.

_____. *Manuel de droit international public*, avec les textes fondamentaux : pacte de la SDN, Charte de l'ONU. Paris: Lib. Gener de Droit et Jurisprudence, 1948.

DICKINSON, Edwin de Witt. *The Equality of States in International Law*. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

DÍEZ-PICASO, Luís María. *Sistemas de derechos fundamentales*, 2ª ed. Madrid: Ed. Civitas, 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

DINIZ, Arthur J. Almeida. *Novos paradigmas em Direito Internacional Público*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1995.

DIREITO, Carlos Alberto Menezes; PEREIRA, Antônio Celso Alves; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (orgs.). *Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo* – Estudos em homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

DJUVARA, Mircea. *Le fondement de l'ordre juridique positif en droit international*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 64, 1938-II, p. 479-625.

DOLINGER, Jacob. *Direito Internacional Privado: Parte Geral*, 8ª ed. ampl. e atual., Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

_____; TIBÚRCIO, Carmem; MEDEIROS, Suzana (colaboradora). *Direito Internacional Privado – Arbitragem Comercial Internacional*, Rio de Janeiro, Renovar, 2003.

DOMINGUEZ, Maria Teresa del R. Moya. *Manual de derecho internacional público*. Buenos Aires: Ediar, 2004.

DRAY, Guilherme Machado. *O princípio da igualdade no direito do trabalho: sua aplicabilidade no domínio específico da formação de contratos individuais de trabalho*. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

DUARTE, Maria Luísa. *Estudos sobre o tratado de Lisboa*. Coimbra: Almedina, 2010.

_____. *A Teoria dos Poderes Implícitos e a delimitação de competências entre a União Europeia e os Estados-Membros*. Lisboa: Lex, 1997.

DUBISSON, Michel. *La cour internationale de justice*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1964.

DUPUIS, Charles. *Le droit des gens et les rapports es grandes puissances avec les autres états avant le pacte de la Société des nations*. Paris: Plon-Nourrit et cie, 1921.

DUPUY, Pierre-Marie. *Droit international public*. 3ª ed., Paris: Dalloz, 1995.

_____. *Droit International Public*. 6ª ed. Paris: Dalloz, 2002.

_____. *L'unité de l'ordre juridique international: cours general de droit international public* (2000). Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 2002, vol. 297, p. 9-489.

_____. *The Constitutional Dimension of the Charter of the United Nations Revisited*. In: BOGDANDY, Armin Von; WOLFRUM, Rüdiger (Eds.) *Max Planck Yearbook of United Nations Law*, vol. I, 1997.

_____. *Unité d'Application du Droit à l'Echelle Globale et Responsabilité des Juges*. *European Journal of Legal Studies*, vol. I, n. 2, 2007.

DUPUY, René-Jean. *Communauté internationale et disparités de développement: cours général de droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 165, 1979-IV, p. 9-232.

DWORKIN, Ronald. *Levando os Direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *A justiça de toga*. Tradução, Jefferson Luiz Camargo; revisão da tradução, Fernando Santos; revisão técnica, Alonso Reis Freire. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade*. Tradução, Jussara Simões, revisão técnica e da tradução, Cícero Araújo, Luiz Moreira. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *Sovereign Virtue: the theory and practice of equality*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

_____. *Justice for Hedgehogs*. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

_____. A new philosophy for International Law. *Philosophy and Public Affairs* 41, n.1, Wiley Periodicals Inc., 2013.

EFRAIM, Athena Debbie. *Sovereign in(equality) in International Organizations*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 2000.

ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 9ª ed. Tradução de J. Baptista Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

EISEMANN, Pierre Michel; PAZARTZIS, P. *La jurisprudence de La Cour Internationale de Justice*. Paris: Pédone, 2008.

ESMEIN, Adhémar. *Éléments de droit constitutionnel français et comparé*. Paris: Ed. Sirey, 1928.

FACHIN, Zulmar. *Curso de Direito Constitucional*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

FARIA, Anacleto de Oliveira. *Do Princípio da Igualdade Jurídica*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais/EDUSP, 1973.

_____. *Do princípio da igualdade: teoria e prática*. São Paulo: EDUSP 1967.

FARIA, José Eduardo (org.). *Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça*. São Paulo: Editora Malheiros, 1994.

FARIAS, José Fernando de Castro. *Ética, Política e Direito*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2004.

FEINBERG, Nathan. *La juridiction et la jurisprudence de la Cour permanente de justice internationale en matière de mandats et de minorités*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 59, 1937-I, p. 587-708.

FEUER, Guy; CASSAN, Hervé. *Droit International du Développement*. Paris: Dalloz, 1991.

FERRAJOLI, Luigi. *A Soberania no mundo moderno: nascimento e crise do Estado nacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 39ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *As múltiplas dimensões do pensamento de Rousseau*. In. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Rousseau e as Relações Internacionais*, tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ed. UnB; IPRI, 2003

FRANÇOIS, J. P. A. *La Cour permanente d'arbitrage son origine, sa jurisprudence, son avenir*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 87, 1955-I, p. 457-553.

FRANKENBERG, Günter. MOREIRA, Luiz (Org.). *Jürgen Habermas, 80 anos Direito e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

FRIEDMANN, Wolfgang. *General course in public international law*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 127, 1969-II, p. 39-246.

_____. *Mudança de Estrutura do Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira (coord.). *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT)*. 2ª ed. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. *Le nouvel ordre économique mondial: un point de vue du Tiers-monde*. *Revue Tiers-monde*, vol. 17, Paris, 1976.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009

GAJA, Giorgio. *Jus cogens beyond the Vienna convention*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 172, 1981-III, p. 271-316.

GALINDO, George Rodrigues Bandeira. A volta do Terceiro Mundo ao Direito Internacional. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Ano XXVIII, agosto/dezembro de 2013, n. 119-124, v. 1, p. 46-68.

GALUPPO, Marcelo Campos. *Igualdade e Diferença: estado democrático de direito a partir do pensamento de Habermas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

GONÇALVES, Luis da Cunha. *Tratado de Direito Civil: em comentário ao Código Civil Português*, vol. 1. São Paulo: Max Limonad, 1957.

GARCIA, Carlos Arellano. *Segundo curso de Derecho internacional público*. 2ª ed. Cidade do México: Ed. Porrúa, 1998.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais*, 2ª ed., revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2005.

GARCIA, Maria Glória F. P. D. *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*. Coimbra: Almedina, 2005.

GARCIA, Ricardo Alonso. *Derecho Comunitário. Sistema Constitucional y Administrativo de la Comunidad Europea*. Madrid: Editorial Centre de Estudios Ramón Areceres, 1994.

GARNER, James W. *Le développement et les tendances récentes du droit international*, 1931. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 1931, vol. 35, p. 605-719.

GIANVITI, François. *The International Monetary Fund and external debt*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 215, 1989-III, p. 205-286.

GINSBERG, Morris. *La giustizia nella società*. A cura di Vincenzo Ferrari. Milano: Giuffrè, 1981.

GIDEL, Gilbert. *Droit et Devoirs des Nations: la théorie classique des droits fondamentaux des États*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 1925-V, vol. 10, p. 537-597.

GOEBEL, S. *The Equality of States in the History of Law*, New York, 1923.

GOES, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília: IPRI, 1991.

GOLD, Joseph. *Developments in the international monetary system, the International Monetary Fund, and international monetary law since 1971*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 174, 1982-I, p. 107-366.

GOMES ROBLEDO, Alonso. *Le jus cogens internacional: as genèse, sa nature, ses fonctions*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 172, 1981-III, p. 9-218.

GOMES, Joaquim B. Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. *As ações afirmativas e os processos de formação da igualdade efetiva*. Seminário Internacional – As Minorias e o Direito, Série Cadernos do CEJ, n. 24, Brasília, 2009.

_____. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. *Manual de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2005.

GRAMSTRUP, Erik Frederico. *O Princípio da Igualdade*. Videtur (USP). São Paulo, V. 17, 2002.

GRIFFITHS, Martin. *Cinquenta grandes estrategistas das Relações Internacionais*. Tradução Vânia de Castro. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

GROTIUS, Hugo. *O Direito da Guerra e da Paz*. Ijuí: Unijuí, Fondazione Cassamarca, 2005.

GUEDES, Vinicius Mancini. *Planejamento Urbano e Princípio da Igualdade*. Tese de Doutorado em Direito Econômico e Financeiro. Orientação Eros Roberto Grau. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUERRA, Sidney. *Curso de Direito Internacional Público*. 7ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. *Organizações Internacionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GUGGENHEIM, Paul. *Contribution à l'histoire des sources du droit des gens*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 94, 1958-II, p. 1-84.

_____. *Les principes de droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 80, 1952-I, p. 1-189.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza; DIAS, Maria Teresa Fonseca. *(Re) pensando a pesquisa científica - Teoria e Prática*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

GUZMANT, Andrew T. A Compliance-Based Theory of International Law. *California Law Review*, vol. 90, 2002, p. 1823-1887.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. 2ª ed., v. I. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *A Ética da Discussão e a Questão da Verdade*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 3ª ed., tradução George Sperber; Paulo Astor Soethe; Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HALVORSSSEN, Anita Margrette. *Equality among Unequals in International Environmental Law: differential treatment for developing countries*. Boulder, CO: Westview Press, 1999.

HART, L. A. *O Conceito de Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HYDER, Khursid (Hasan). *Equality of Treatment and Trade Discrimination in International Law*. The Hague: Martinus Nijhoff, 2012.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. 21ª ed., Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HÖFFE, Otfried. *A Democracia no Mundo de Hoje*. Tradução Tito Lívrio Cruz Romão. São Paulo: Martins Fonte, 2005.

HOUAISS, Antonio. VILLAR, Mauro de. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUDSON, M. O. *La Cour Permanente de Justice Internationale – Traité*. Paris: Ed. Pédone, 1936.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Ed. Civilização Brasileira, 9ª. ed., Rio de Janeiro, 2001.

IHERING, Rudolf Von. *A Evolução do Direito*. Salvador: Livraria Progresso, 1953.

ITUASSÚ, Oyama Cesar. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Forense, 1986

JACKSON, John H. The Varied Policies of International Juridical Bodies - Reflections on Theory and Practice, *Michigan Journal of International Law*, Vol. 25, Issue 4, Summer 2004, p. 869-878.

_____. *Sovereignty, the WTO and Changing Fundamentals of International Law*. New York: Cambridge University Press, 2006.

_____. *The World Trade Organization: Constitution and Jurisprudence*. London: The Royal Institute of International Affairs, 1998.

JACKSON, Robert. *Sovereignty: the evolution of an Idea*. Malden, MA: Polity Press, 2007.

JACQUES, Paulino. *Curso de Introdução ao Estudo de Direito*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

JAYME, Erik. *Identité Culturelle et Intégration: le Droit International Privé Postmoderne*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 251, 1995, p. 9-267.

_____. *Le droit international privé du nouveau millénaire : la protection de la personne humaine face à la globalisation*, conférence prononcée le 24 juillet 2000 par Erik Jayme. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 282, 2000, p. 9-40.

JELLINEK, Georg. *Teoria General del Estado*. Traducción de la segunda edición alemana de 1905 y prólogo por Fernando de los Rios. Montevideo e Buenos Aires: Julio César Faria Editor, 2005.

JESSUP, Philip C. The Equality of States as Dogma and Reality, *Political Science Quarterly*, vol. 60, 1945.

JIMÉNEZ DE ARÉCHAGA, Eduardo. *International Law in the Past Third of a Century*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 159, 1978-I, p. 1-344.

_____.; ARBUET-VIGNALLI, Heber; RIPOLL, Roberto Puceiro. *Derecho Internacional Público: princípios, normas e estruturas*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 2005.

KAPLAN, Morton; KATZENBACH, Nicholas de B. *Fundamentos políticos do Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

KANT, Immanuel. *Doutrina do direito*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993.

_____. *Crítica da Razão Pura*. 5ª ed., Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1988.

_____. A paz perpétua – um esboço filosófico. In: GUINSBURG, J. (Trad. E organizador). *A paz perpétua: um projeto para hoje*. 2004.

KEETON, George Williams; SCHWARZENBERGER, Georg. *Making International Law Work*, London: Stevens & Sons limited, 1946.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*, tradução francesa da 2ª edição. Paris: Dalloz, 1962.

_____. *Teoria Pura do Direito*. Tradução de João Baptista Machado, 6ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Derecho y Paz en las Relaciones Internacionales*. 2ª ed., México: Fondo de Cultura Económica, 1986

_____. *A Paz pelo Direito*. Tradução Lenita Ananias do Nascimento. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. The principle of Sovereign Equality of States as a Basis for International Organizations. *The Yale Law Journal*, vol. 53, n. 2, March 1944, p. 207-203.

_____. *Les rapports de système entre le droit interne et le droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 14, 1926-IV, p. 227-331.

_____. *Théorie du droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 84, 1953-III, p. 1-203.

_____. *Principios de derecho internacional público*. Traducción al español por Hugo Caminos y Ernesto C. Hermida. Buenos Aires: El Ateneo, 1965.

_____. *Il problema della sovranità e la teoria del diritto internazionale*: contributo per una doctrina pura del diritto. A cura di Agostino Carrino. Milano: Giuffrè, 1989.

KLEFFENS, E. N. van. *Sovereignty in International Law*: five lectures. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 82, 1953-I, p. 1-131.

KLEIN, Robert A. *The idea of Equality in International Politics*: the tension between the concept of Great-Power primacy and the concept of Sovereign Equality. Thèse n. 166, Les presses de Savoie, Université de Genève, Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 1966.

_____. *Sovereign Equality among States*: the History of an Idea. Toronto: Toronto University Press, 1974.

KLOR, Adriana Dreyzin; KEGEL, Patrícia Luíza; PIMENTEL, Luiz Otávio; BARRAL, Welber. *Solução de controvérsias*: OMC, União Europeia e Mercosul. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004.

KOH, Harold. Is International Law Really State Law? *Harvard Law Review*, Vol. 111, 1824-1862, 1997-1998.

_____. Why do Nations Obey International Law? *Yale Law Journal*. Vol. 126, 1997.

KOOIJMANS, P. H. *The Doctrine of the Legal Equality of States*: an Inquiry into the Foundations of International Law. Leiden: A. W. Sythoff, 1964.

KOO, Wellington. *Voting Procedure in International Political Organization*. New York: Columbia University Press, 1947

KOROWICZ, Marek Stanislaw. *Some present aspects of sovereignty in International Law*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, v. 102, 1961-I, p. 1-120.

KOTLOWSKI, Dean J. *The European Union*: from Jean Monet to the Euro. Athens: Ohio University Press, 2000.

KRAUS, Herbert. *La Morale Internationale*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 16, 1927-I, p. 385-539.

KRUEGER, Anne O. *The WTO as an International Organization*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

LABOUZ, Marie-Françoise. *Les accords de Maastricht et la constitution de l'Union européenne*. Paris: Montchrestien/Centre de droit international de Nanterre, Cahiers internationaux, n. 7, 1992.

LACERDA, Virgínia Cortes de; REAL, Regina Monteiro. *Rui Barbosa em Haia: cinquentenário da segunda conferência da paz, 1907-1957*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957.

LACHS, Manfred. *Le développement et les fonctions des traités multilatéraux*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 92, 1957-II, p. 229-341.

_____. *Teachings and teaching of international law*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 151, 1976-III, p. 161-252.

_____. *The development and general trends of international law in our time*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 169, 1980-IV, p. 9-377.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

_____. *Comércio, Desarmamento e Direitos Humanos: reflexões sobre uma Experiência Diplomática*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Brasil: Dilemas e Desafios. *Revista Estudos Avançados*, vol. 14, n. 38. São Paulo, abril 2000, p. 260-267.

LAIDLER, Christiane Vieira. *A Segunda Conferência da Paz de Haia- 1907: o Brasil e o sistema internacional no início do século XX*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

LAMY, Pascal. The Place of the WTO and its Law in the International Legal Order. *European Journal of International Law*, vol. 17, n. 5, 2006, p. 969-984.

LAUTERPACHT, H. *Les travaux préparatoires et l'interprétation des traités*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 48, 1934-II, p. 709-817.

_____. *Development of International Law by the Permanent Court of International Justice*. S. I. Logmans Green, 1934.

LAUTERPACHT, E. *The development of the law of international organization by the decisions of international tribunals*, Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 152, 1976-IV, p. 377-478.

LE FUR, Louis-Erasme. *La théorie du droit naturel depuis le XVIIe siècle et la doctrine moderne*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 18, 1927-III, p. 259-442.

Le développement historique du droit international: de l'anarchie internationale à une communauté internationale organisée. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 1932-III, vol. 41, p. 501-601.

_____. *Les Grands Problèmes du Droit*. Paris: Ed. Sirey, 1937.

_____. *Précis de Droit International Public*. Deuxième Édition. Paris: Librairie Dalloz, 1933.

LEITE, George Salomão; SARLET, Ingo Wolfgang (coords.). *Direitos fundamentais e estado constitucional: estudos em homenagem a J. J. Gomes Canotilho*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Coimbra: Coimbra Ed., 2009.

LEJBOWICZ, Agnès. *Philosophie du droit international: L'impossible capture de l'humanité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

LIANG, Jessica. Modifying the UN Charter through Subsequent Practice: Prospects for the Charter's Revitalisation. *Nordic Journal of International Law*, vol. 81, n. 1, p. 1-20. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 2012.

LIMA, Hermes. *Introdução à Ciência do Direito*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964.

LINS, Álvaro. *Rio Branco (o Barão do Rio Branco)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1996.

LITRENTO, Oliveiros. *Manual de Direito Internacional Público*. Forense: Rio de Janeiro, 1968.

LOCKE, John. *Ensayo sobre el gobierno civil*. Buenos Aires: Aguillar, 1960.

_____. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem e os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Introdução de J. W. Gough e tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

_____. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução Julio Fisher. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. *O tratado de Lisboa e as reformas nos tratados da União Europeia*. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

LOSANA, Matteo. *Il riconoscimento del principio di uguaglianza sostanziale nell'ordinamento dell'unione europea: modelli di riconoscimento, tecniche di realizzazione, strumenti di garanzia*. Napoli: Jovene, 2010.

LOSANO, Mario G. *Sistema e estrutura no direito: das origens à Escola Histórica*, vol. I, Tradução Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008

LUPI, André Lipp Pinto Basto. *Os Métodos no Direito Internacional*. São Paulo: Lex Editora, 2007.

MACCORMICK, Neil. *Argumentação Jurídica e Teoria do Direito*. Tradução Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. *O nascimento do direito internacional*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2009.

_____. *O direito das gentes: Entre o direito natural e o direito positivo*, p. 209-228 in DIREITO, Carlos Alberto Menezes. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. PEREIRA, Antônio Celso Alves (orgs.). *Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao Professor Celso D. Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. *Direito Internacional: do paradigma clássico ao 11 de setembro*. 3.^a Edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

McDOUGAL, Myres S.; LASSWELL, Harold D.; REISMAN, W. Michael. Theories about international law: prologue to a configurative jurisprudence. *Virginia Journal of International Law*, 1968, n. 2, p. 188-299.

MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. *A renúncia à imunidade de jurisdição pelo estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MAGALHÃES, José Carlos de. *Direito Econômico Internacional*. Curitiba: Juruá, 2005.

_____. A Reforma da Carta da ONU. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n° 25, p. 149-159, set./dez. 1995.

MAGNOLI, Demétrio. *História da Paz*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MANI, V. S. « *Humanitarian* » *intervention today*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 313, 2005, p. 9-323.

MARCEAU, Gabrielle. WTO Dispute Settlement and Human Rights. *European Journal of International Law*, vol. 13, p. 753–814, 2002.

MATSUSHITA, Mitsuo; MAVROIDS, Petros C.; SCHOENBAUM, Thomas J. *The World Trade Organization: Law, Practice, and Policy*. 2nd Ed. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MARTENS, Georg-Friedrich von. *Précis du droit des gens moderne de L'Europe*. Paris: Guillaumin et cie, 1858.

MATTOS, Adherbal Meira. *Direito das organizações internacionais e direito da integração*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. *O novo Direito do Mar*, 2^a ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MBAYE, Kéba. Article 2, paragraphe 1. « L'Organisation est fondée sur le principe de l'égalité souveraine de tous ses Membres ». In. COT, Jean-Pierre ; PELLET, Alain. *La Charte des Nations Unies: commentaire article par article*. Préface de Javier Perez de Cuellar. 2^e édition, revue et augmentée. Paris: Economica, 1991.

_____. *L'Intérêt pour agir devant la Cour Internationale de Justice*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 209, 1988-II, p.227-345.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4ª ed., Saraiva: São Paulo, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*. 3ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MELLO, Celso D. Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. 1º Volume, 15ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

_____. *Direito Internacional Econômico*. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

_____. *Direito Internacional Público na conjuntura atual. A política internacional e sua influência no desenvolvimento no Direito Internacional Público*. Anuário Jurídico Interamericano. Washington DC: Secretaria Geral da OEA, Washington, 1981.

_____. *Direito Constitucional Internacional: uma introdução*, 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2000.

MELLO, Rubens Ferreira de. *Textos de Direito Internacional e de História Diplomática de 1815 a 1949 (coligidos e anotados)*. Rio de Janeiro: Editor A. Coelho Branco, 1950.

MENEZES, Wagner. *Ordem Global e Transnormatividade*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. *Derecho Internacional en América Latina*. Brasília: FUNAG, 2010.

_____. *A jurisdicionalização do Direito Internacional: Conflitos de Competência entre Tribunais Internacionais, mecanismos de Prevenção e Resolução*. Tese de Livre Docência em Direito Internacional, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

_____. (editor). *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, número. 119*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

_____. MENEZES, Wagner. *A contribuição da América Latina para o Direito Internacional: o princípio da Solidariedade*. Tese de Doutorado. PROLAM – Programa de Integração na América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. *Reforma da Organização das Nações Unidas: Perspectivas & Proposição a partir do Direito Internacional*, p. 211-268. In. IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – IV CNPEPI, “O Brasil no mundo que vem aí”. Reforma da ONU, Brasília: FUNAG, 2010.

_____. *Os princípios do Direito Internacional*. In CASELLA, Paulo Borba; RAMOS, André de Carvalho (orgs.). *Direito Internacional: homenagem a Adherbal Meira Mattos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 683-701.

_____. *Tribunais Internacionais: Jurisdição e Competência*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. (org.). *Direito Internacional clássico e seu fundamento*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

_____. (org.). *Direito Internacional contemporâneo e seu fundamento*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

_____. (org.). *Direito do Mar: desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo. A processualística dos atos internacionais: Constituição de 1988 e MERCOSUL. In: CASELLA, Paulo Borba. *Contratos Internacionais e direito econômico no MERCOSUL*. São Paulo: LTr, 1996.

MEENAN, Helen. *Equality Law in Enlarged European Union: understanding the Article 13 Directives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MIRANDA, Jorge. *Curso de Direito Internacional Público*. 2ª. Edição. Cascais: Ed. Principia, 2004.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado*, tomo LIII, 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1966.

_____. *Democracia, liberdade, igualdade: os três caminhos*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1979.

MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui. *Constituição portuguesa anotada*, vol. I. Coimbra: Coimbra Ed., 2005.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O ideário da Paz em um Mundo Conflituoso. In: BEDIN, Gilmar. *Paradigmas das Relações Internacionais: realismo – idealismo – dependência e interdependência*. 2ª ed., Ijuí, RS, Ed. Unijuí, 2004.

MOIRS, Halim. World Bank and Human Rights: indispensable Partnership or Mismatched Alliance. *ILSA Journal of International & Comparative Law*, vol. 14, issue 1, Fall 1997, p. 173-200.

MONAGHAN, Karon. *Equality Law*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de (1688-1755). *O espírito das Leis*. 3ª ed. Apresentação Renato Janine Ribeiro; tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 8ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

MORAIS, Rafael Santos. *Organizações Internacionais e suas manifestações dotadas de efeitos normativos: impactos sobre a teoria das fontes e modos de aplicação no ordenamento brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Direito Internacional, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. 5ª ed. Coimbra: Editora Almedina, 2005.

_____. BUGALLO, Alejandro; MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Legado Político do Ocidente* (o homem e o Estado). Prefácio de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1978.

MOUREAU-DEFARGES, Philippe. *La Constitution européenne en question*. Paris: Éditions d'Organizations, 2004.

MOSLER, Hermann. *The international society as legal community*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 140, 1974-IV, p. 1-320.

MULHALL, Setephen; SWIFT, Adam. *Liberals & Coomunitarians*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

NAHLIK, Stanislaw E. *Development of dipplomatic law : selected problems*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 1990-III, vol. 222, p. 187-363.

NARDIN, Terry. *Lei, Moralidade e as Relações entre os Estados*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

NOUR, Soraya. *A Paz Perpétua de Kant: filosofia do direito internacional e das relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES. Reginaldo. *Rui Barbosa: as duas conferências de Haia, o Supremo Tribunal Federal e o Instituto dos Advogados*. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

NUSSBAUM, Arthur. *A Concise History of the Law of Nations*. New York: Macmillan Co., 1954.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. *Devido processo legislativo*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

OLIVEIRA, Maria José Galleno de Souza. A globalização da pobreza: impactos das políticas sociais do Estado neoliberal nas democracias dos países latino-americanos. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, v. 99, São Paulo, 2004, p. 461-474.

OLIVEIRA, Odete Maria de; RI Júnior, Arno Dal (org.). *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

OPPENHEIM, Felix. *Igualdade* – Dicionário de Política 1 v., 8ª ed., Brasília: UnB, 1995.

OPPENHEIM, Lassa. *Tratado de Derecho Internacional Público*. 8ª ed. inglesa a cargo de Sir Hersch Lauterpacht; traduccion al espanõl por J. Lopez Olivan y J. M. Castro-Rial. Barcelona: Borsch, 1966.

_____. *International Law: a treatise*, vol. 1, 7ª ed. London: Longman, 1952.

OSMAŃCZYK, Edmund Jan. *Encyclopedia of the United Nations and International Agreements*. Philadelphia: Taylor & Francis, 1985.

OUCHAKOV, N.[A.]. *La compétence interne des états et la non-intervention dans le droit international contemporain*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol.141, 1974-I, p. 1-86.

OYEJIDE, T. Ademola. Special and differential treatment. In HOEKMAN, Bernard; MATTOO, Aaditya; ENGLISH, Philip (ed.). *Development, trad, and the WTO: A handbook*. Washington: World Bank, 2002.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. *A Constituição europeia como signo da superação dos dogmas do Estado Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2005.

PASCAL, Georges. *O Pensamento de Kant*. 6ª ed. Introdução e tradução de Raimundo Vier. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

PASTOR RIDRUEJO, José Antonio. *Curso de derecho internacional público y organizaciones internacionales*. Madrid: Tecnos, 1996.

PAUWELYN, Joost. *Conflict of Norms in Public International Law: how WTO relates to other rules of International Law*. New York: Cambridge University Press, 2003.

_____. Bridging Fragmentation and Unity: International Law as a universe of Interconnected Islands. *Michigan Journal of International Law*. Vol. 25, 2003-2004, p. 903-916.

_____. The Role of Public International Law in the WTO: How Far Can We Go? *American Journal of International Law*, 2001. p. 535-578.

PELLET, Alain; DAILLIER; Patrick; DINH, Nguyen Quoc. *Direito Internacional Público*, 2ª ed. Tradução de Vítor Marques Coelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PEREIRA, Antonio Celso Alves. A Reforma das Nações Unidas. In MENEZES, Wagner (org.). *O Direito Internacional e o Direito Brasileiro: homenagem a José Francisco Rezek*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

_____. *Direito Internacional Público: Universalismo, regionalismo e soberania estatal*. XXVIII Curso de Derecho Internacional organizado por el Comité Jurídico Interamericano y la Secretaría General de la OEA. Washington: Secretaría General, 2001.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo (Org.). *Direito Internacional do Comércio: mecanismo de solução de controvérsias e casos concretos na OMC*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2003.

PEREIRA, A. Gonçalves e QUADROS, Fausto de. *Manual de Direito Internacional Público*, 3ª. ed. rev. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

PEREIRA, M. F. Pinto. *Soberania das Nações*. Prefácio de Clóvis Bevilacqua. São Paulo: Teixeira, 1920

PERELMAN, Chaïm. *Ética e direito*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Motivation des decision de justice*. Bruxelles: Emile Bruylant, 1978.

PERES LUÑO, Antônio. *Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución*, 5ª ed., Madrid: Tecnos, 1995.

PESCATORE, Pierre. *L'ordre juridique des Communautés Européennes*. Liège: presse Universitaires, 1973.

PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; FILHO, Firly Nascimento. *Os Princípio da Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001.

PETERS, Anne. The merits of global Constitutionalism. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, vol. 16, 2009, p. 397-411.

PILLET, A. *Les fondateurs du droit international: leus œuvres, leurs doctrines*. Avec une introduction de A. Pillet. Paris: V. Giard & E. Brière, 1904.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Direito Processual Civil Contemporâneo*, vol. I: teoria geral do processo. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

_____. *A Litigância de Direitos Humanos no Brasil: Desafios e Perspectivas nos usos dos Sistemas Nacional e Internacional de Proteção*. Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Max Limonad, 2003

_____. *Direitos humanos e justiça internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Temas de Direitos Humanos*. Prefácio de Fábio Konder Comparato, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PLATÃO, *A República*, Livro IV, 1, Livro V, 1 e 2. Tradução Albertino Pinheiro. Bauru, SP, EDIPRO: 1994.

PUFENDORF, Samuel. *De los deberes del hombre y del ciudadano según la ley natural, em dos libros – De officio hominis et civis, juxta legem naturalem libro duo*. Estudio preliminar de Salvador Rus Rufino, Traducción y notas de María Asunción Sánchez Manzano, Salvador Rus Rufino. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

_____. *Of the law of nature and nations : eight books*. Written in Latin by the Baron Pufendorf ; done into English by Basil Kennet ; to which are added all the large notes of Mr. Barbeyrac, tranflated from the beft edition, together with large tables to the whole. Clark, NJ : Lawbook Exchange, 2010.

PUREZA, José Manuel. *Para um Internacionalismo Pós-Vestefaliano*. In. A Globalização e as Ciências Sociais. Organização de Boaventura de Sousa Santos. Ed. Cortez, 2ª. Edição, 2002.

_____. *Patrimônio Comum da Humanidade: Rumo a um Direito Internacional da Solidariedade?* Tese de Doutorado. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, Coimbra, 1995.

QUADRI, Rolando. *Le fondement du caractère obligatoire du droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 80, 1952-I, p. 579-633.

_____. *Diritto Internazionale pubblico*. 2ª ed., Palermo: Priulla, 1959.

QUADROS, Fausto de. *O princípio da subsidiariedade no direito comunitário após o tratado da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 1995.

QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Claudio; BRANDÃO, Gildo. *Clássicos do Pensamento Político*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*. Tradução Marlene Holshauzen; revisão técnica Sérgio Sérvulo da Cunha, 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RANIERI, Nina B. S. Estado e Nação: novas relações? *Revista Política Externa*. Vol. 13, n. 1, junho-julho-agosto, 2004, 29-38.

RAMOS, André de Carvalho. *Direitos Humanos na Integração Econômica: análise comparativa da proteção de direitos humanos e conflitos jurisdicionais na União Europeia e Mercosul*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. *Processo Internacional de direitos humanos: análise dos sistemas de apuração de violações dos direitos humanos e implementação das decisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Direitos humanos em juízo*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

_____. Direitos Humanos e Responsabilidade Internacional, p. 595-620. In. 228 in DIREITO, Carlos Alberto Menezes. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. PEREIRA, Antônio Celso Alves (orgs.). *Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao Professor Celso D. Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. *Curso de Direitos Humanos*. 1ª ed., 3ª tiragem, São Paulo: Saraiva, 2014.

RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e Relações Internacionais*. Textos coligidos, ordenados e anotados (com prólogo). 7ª ed., revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

_____. O direito internacional do mar e a Conferência de Caracas. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, v. 70, 1975, p. 297-312.

_____. *Le plateau continental dans la convention de 1982 sur le droit de la mer*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 194, 1985-V, p. 269-428.

RAE, Douglas W. *Equalities*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

RAUSTIALA, Kal. Compliance and Effectiveness in International Regulatory Cooperation. *Case Western Reserve Journal of International Law*, n. 387, vol. 32, 2000.

_____. Sovereignty and Multilateralism. *Chicago Journal of International Law*, vol. 1, Issue 2, p. 401-420.

_____. The Architecture of International Cooperation: Transgovernmental Networks and the Future of International Law. *Virginia Journal of International Law*, vol. 43, p. 1-92, 2002-2003.

RAWLS, John. *A theory of justice*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

_____. *Uma teoria da justiça*. Tradução Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *O Direito dos Povos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Liberalismo Político*. Tradução Sérgio Rená Madero Baéz. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

_____. *Justiça como equidade: uma reformulação*. Organizado por Erin Kelly. Tradução de Claudia Berliner e revisão técnica de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Justiça como democracia*. Seleção, apresentação e glossário de Catherine Audard, tradução Irene A Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAZ, Joseph; ALEX, Robert; BULLYGIN, Eugenio. *Uma discussão sobre a teoria do direito*. Tradução Sheila Stolz. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. *Lições Preliminares de Direito*. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

_____. *Filosofia do Direito*. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REEVES, Jesse S. *La communauté internationale*. Public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 3, 1924-II, p. 1-93.

REIS, Carlos David S. Aarão. *Família e igualdade: a chefia da sociedade conjugal em face da nova constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

REMIRO BROTONS, Antonio. *Derecho Internacional Público*. Madrid: Tecnos, 1982.

RENOUVIN, Pierre. *Histoire des relations internationales*. Paris: Hachette, 1953.

_____.; DUROSELLE, J. B. *Introdução à história das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.

REZEK, José Francisco. *Direito dos Tratados*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. *Direito Internacional Público: Curso Elementar*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

REUTER, Paul. *Principes de Droit International Public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 103, 1961-II, p. 425-656.

_____. *Le développement de l'ordre juridique international: écrits de droit international*. Paris: Economica, 1995.

RIBEIRO, Jeanezar Ditzz de Souza. *MERCOSUL: Direito da Integração e solução de controvérsias*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

_____. O princípio da Igualdade nos fundadores do Direito Internacional: a contribuição de Samuel Pufendorf, p. 106-118. In. MENEZES, Wagner (org.). *Direito Internacional Clássico e seu fundamento*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

_____. O princípio da igualdade no Direito Internacional do Mar: Direito do Estado sem litoral e dos Estados geograficamente desfavorecidos, p. 34-44. In. MENEZES, Wagner (Org.). *Direito do Mar: desafios e perspectivas, em homenagem a Vicente Marotta Rangel*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SILVA, Nelson do Valle. *Introdução à análise de dados qualitativos*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá; JÚNIOR, Ely Caetano Xavier. *Direito Internacional dos Investimentos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

_____. *Novos Rumos do Direito do Petróleo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

RICHARDSON, Jeremy. *European Union: power and policy-making*. Third edition. New York: Routledge, 2006.

RICOBOM, Gisele. *Intervenção Humanitária: a Guerra em nome dos Direitos Humanos*. Prefácio de Flávia Piovesan. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

RIPERT, Georges. *Le Régime Démocratique et le Droit Civil Moderne*, 2ª ed. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1948.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Ação afirmativa: o conteúdo democrático do Princípio da Igualdade Jurídica. *Revista de Informação Legislativa*, n. 131, Brasília, 1996.

RODRIGUES, Denise Carvalho dos Santos. *Direitos Humanos e a questão racial na Constituição Federal de 1988: do discurso às práticas sociais*. Dissertação de Mestrado em Direito Humanos, Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2010.

ROLIN, Henry. *Les principes de droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, 1950-II, vol. 77, p. 305-479.

ROMANO, Cesare. Can You Hear me Now? The case for extending judicial network. *Chicago Journal of International Law*, vol. 10, n. 1, 2009.

_____. Deciphering the Grammar of the International Jurisprudential Dialogue. *New York University Journal of International Law & Politics*, vol. 41, 2008-2009.

_____. The proliferation of International Judicial Bodies: the pieces of the puzzle. *New York University Journal of International Law & Politics*, vol. 31, 1998-1999.

ROMANO, Santi. *O ordenamento jurídico*. Florianópolis: Boiteux, 2008.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. Tradução e notas Edson Bini; Prefácio do Prof. Alaôr Caffé Alves e Revisão Técnica Alysson Leandro Mascaro. Bauru, SP: EDIPRO, 2003.

_____. *The Constitution of the United Nations: Analysis of Structure and Function*. New York: Rinehart, 1950.

ROTHBERG, Danilo. *O FMI sob ataque: recessão global e desigualdade entre as nações*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

ROUCOUNAS, Emmanuel. Roucounas, Emmanuel. *Facteurs privés et droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 299, 2002, p. 9-419.

ROUSSEAU, Charles. *Droit international public*. Paris: Sirey, 1970.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1712-1778). *Do Contrato social: princípios do direito político*. Tradução, introdução e notas Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2000.

_____. *Du Contrat Social ou Principes du Droit Politique*. Paris: Librairie de La Bibliothèque nationale, 1880.

_____. *Rousseau e as Relações Internacionais*. Prefácio do Embaixador Gelson Fonseca Jr e tradução Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UnB; IPRI, 2003.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Apresentação e Comentários Jean-François Braunstein. Tradução de Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROTH, Brad R. *Sovereign Equality and Moral Disagreement: premises of a pluralist International Legal Order*. New York: Oxford University Press, 2011.

RUNDSTEIN, Simon. *La Cour permanente de justice internationale comme instance de recours*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 43, 1933-I, p. 1-113.

RUSSEL, William; JONES, William. *The History of Modern Europe: with a view of the Progress of Society from the Rise the Modern Kingdoms to the Peace of Paris in 1763*, Vol. I, New York: Harper & Brothers, 1842.

RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. *Direito Internacional Público*, 1º volume. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A ideia de justiça em Kant: seu fundamento na Liberdade e na Igualdade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.

SALVIOLI, Gabriele. *La Jurisprudence de la Cour Permanente de Justice Internationale*, Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 12, 1926-VII, p. 1-114.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Reconhecer para Libertar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. (org.). *A globalização e as ciências sociais. Os processos da Globalização*. São Paulo: Cortez, 2002

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

SARMENTO, Daniel; SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Direitos fundamentais no Supremo Tribunal Federal: balanço e crítica*, Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011.

SCELLE, Georges. *Précis de droit des gens: principes et systématique*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1932.

SCHACHTER, Oscar. *International law in theory and practice: general course in public international law*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 178, 1982-V, p. 1-395.

_____. *The relation of law, politics and action in the United Nations*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 109, 1963-II, p. 165-256.

SCHERMERS, Henry G; BLOKKER, Niels M. *International institutional law: unity within diversity*. Fifth edition. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.

SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Versión española de Francisco Ayala. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

SCHWARZENBERGER, Georg. *The fundamental principles of international law*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 87, 1955-I, p. 191-385.

_____. *The principles and standards of international economic law*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 117, 1966-I, p. 1-98.

SCOTT, James Brown. *Le principe de l'égalité juridique dans les rapports internationaux*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 42, 1932-IV, p. 467-630.

_____. *The Spanish Conception of International Law and of sanctions*. Washington: Carnegie endowment for international peace, 1934.

SHAW, Malcolm N. *International Law*, Sixth Edition, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SEPULVEDA, Cesar. *Las fuentes del derecho internacional americano: una encuesta sobre los métodos de creación de reglas internacionales*. México: Ed. Porrúa, 1975.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. 3ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes, 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SEYERSTED, Finn. *Applicable law in relations between intergovernmental organizations and private parties*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 122, 1967-III, p. 427-616.

SHANY, Yuval. No Longer a Weak Department of Power? Reflections on the Emergence of a New International Judiciary. *European Journal of International Law*. Vol. 20, 2009.

_____. *The Competing Jurisdictions of International Courts and Tribunals*. New York: Oxford University Press, 2003.

SIMMA, Bruno et al. *The Charter of the United Nations: a commentary*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

SIMPSON, Gerry. *Great Powers and Outlaw States: Unequal Sovereigns in International Legal Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SLAUGHTER, Anne-Marie. *A New World Order*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

_____. *International law and international relations*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 285, 2000, p. 9-249.

_____. Sovereignty and Power in a Networked World Order. *Stanford Journal of International Law*. Impact of International Law, vol. 40, 2004.

_____. RAUSTIALA, Kal, International Law, International Relations and Compliance. In CARLSNAES, Walter; SIMMONS, Beth A.; RISSE, Thomas. *Handbook of International Relations*. London : Sage Publications, 2009.

SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. *Princípio Constitucional da Igualdade*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2001.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 16ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

_____. *Comentário Contextual à Constituição*. 3ª ed., de acordo com a Emenda Constitucional 53, de 19.12.2006. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, Roberto Luiz. *Direito Internacional Público*. 2ª ed. revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2002.

SKUBISZEWSKI, Krzysztof. *The contribution of the Academy to the development of the science and practice of public international law*; address delivered on the occasion of the 75th anniversary of the Academy. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 271, 1998, p. 57-100.

SOARES, Guido Fernando da Silva. *Curso de Direito Internacional Público*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. *Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais, Formas de Diplomacia e Imunidades*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SOBRINHO, José Wilson Ferreira. Uma proposta de efetivação do princípio da igualdade jurídica no plano internacional. *Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados*, ano 13, vol. 63, abril de 1989, p. 21-37.

SOHN, L. B. The Development of the Charter of the United Nations: the present state. International Law Association. *The present state of International Law – 1873-1973*. Deventer: Kluwer, 1973.

SORENSEN, Max. *Principes de Droit international public: cours général*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 101, 1960-III, p. 1-254.

_____. *Manual de Derecho Internacional Público*. Tr. de Dotación Carnegie para la Paz Internacional. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

_____. *Les sources du droit international*. Copenhagen: E. Munksgaard, 1946.

SORNARAJAH, M. *International Law on Foreign Investments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SOUSA, Oziel Francisco de. *As ações afirmativas como instrumento de concretização da igualdade material*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SPINOZA, Benedictus. *Principi della filosofia di Cartesio: pensieri metafisici*. A cura di Emanuel Scribano. Roma-Bari: Editori Laterza, 1990.

SPIROPOULOS, Andrew C. Tocqueville and the American Amalgam. *The Georgetown Journal of Law and Public Policy*, vol. 11, 2013, p. 103-123.

STIRK, Peter M. R. The Westphalian model and sovereign equality. *Review of International Studies*, vol. 38, issue 3, July 2012, p. 641-660, London: Cambridge University Press, 2012.

TABORDA, Maren Guimarães. *O princípio da igualdade em perspectiva histórica*. Revista de Direito Administrativo, São Paulo, 211: 256/262, jan./mar. 1998.

TAIAR, Rogério. *Direito Internacional dos Direitos Humanos – uma discussão sobre a relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos Direitos Humanos*. Tese de Doutorado em Direitos Humanos. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

THIERRY, Hubert. *L'évolution du droit international: cour générale de droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 222, 1990-III, p. 9-186.

_____. *Droit International public*. 4^a Ed. Paris: Montchrestien, 1984.

THORSTENSEN, Vera. *Organização Mundial do Comércio. As regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TIBURCIO, Carmen. *Temas de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2006.

_____; BARROSO, Luís Roberto (org.). *O Direito Internacional Contemporâneo: estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2006.

TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European States: AD 990-1992*. Cambridge, Mass. Oxford, UK: Blackwell, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*, 2^a ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

TODOROV, Tzvetan. The Limitations of Justice. *Journal of International Criminal Justice*, vol. 2, issue 3, September, 2004, p. 711-715.

TOLEDO, André de Paiva Toledo. *Direito Internacional e Recursos Biológicos*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2015.

TOMUSCHAT, Christian. *International law: ensuring the survival of mankind on the eve of a new century*: general course on public international law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 281, 1999, p. 9-438.

TOURAINÉ, Alain. *Igualdade e diversidade*. Bauru: Edusc, 1998.

TUCKER, Robert W. *The Inequality of Nations*, New York: Basic Books, 1977.

TRIEPEL, H. *Les rapports entre le droit interne et le droit international*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 1, 1923-I, p. 77-121.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Princípios de Direito Internacional*. Introdução de Vicente Marotta Rangel. Brasília: Ed. UnB, 1981.

_____. *O Direito Internacional em um mundo em transformação* (Ensaio 1976-2001). Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. *Repertório da Prática Brasileira de Direito Internacional Público* (1899-1918), Brasília: FUNAG, 1986.

_____. Os Rumos do Direito Internacional Contemporâneo: de um *Jus Inter Gentes* a um Novo *Jus Gentium* no século XXI. *O Direito Internacional em um mundo em transformação* (Ensaio 1976-2001). Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. *International law for humankind: towards a new jus gentium (I)*: general course on public international law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 316, 2005, p. 9-439.

_____. *International law for humankind: towards a new jus gentium (II)*: general course on public international law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 317, 2005, p. 9-312.

_____. *Os tribunais internacionais contemporâneos*. Brasília: FUNAG, 2013.

_____. *Direito das Organizações Internacionais*. 5ª ed., revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2012.

_____. *A visão humanista do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2013.

_____. As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com atenção especial aos Estados latino-americanos). *Revista de Informação Legislativa*, edição 21, n. 81, Brasília, 1984, p. 213-232.

_____. *El ejercicio de la función judicial internacional*: memorias de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. 2ª Edición. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2013.

TRUYOL y SERRA, Antonio. *Théorie du Droit International Public – Cours Général*, Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 173, 1981-IV, p. 9-443

_____. *La sociedad internacional*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

_____. *Fundamentos de derecho internacional público*. 4ª ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1977.

_____. *Genèse et structure de la société internationale*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 96, 1959-I, p. 553-642.

_____. *L'expansion de la société internationale aux XIXe et XXe siècles*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 116, 1965-III, p. 89-179.

_____. *Historia del derecho internacional público*. Versión española de Paloma García Picazo. Madrid: Tecnos, 1998.

TUNKIN, Grigory I.; *The legal nature of the United Nations*, Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 119, 1966-III, p. 1-68.

_____. *Co-existence and international law* Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 95, 1958-III, p. 1-81.

_____. *Politics, law and force in the interstate system*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 219, 1989-VII, p. 227-395.

TURNER, Bryan Stanley. *Equality*. Chichester: Ellis Horwood; Tavistock Publications, 1986.

VALLAT, Francis Aimé. *The competence of the United Nations General Assembly*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 97, 1959-II, p. 203-292.

VARELLA, Marcelo D. *Direito Internacional Público*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VARGAS, João Augusto Costa. *Campanha Permanente: O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

VATTEL, Emer de. *O Direito das Gentes*. Prefácio e Tradução de Vicente Marotta Rangel. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e Ed. Universidade de Brasília, 2004.

VERDROSS, Alfred. *Derecho Internacional Público*. 4ª ed., Tradução de Antonio Truyol y Serra. Madrid: Aguilar, 1963.

_____. *Les principes généraux du droit dans la jurisprudence internationale*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 52, 1935, p. 191-252.

_____. *Le fondement du droit international*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 16, 1927-I, p. 247-323.

VIANA FILHO, Luís. *Três estadistas: Rui, Nabuco, Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. *A vida de Rui Barbosa*. Edição do Centenário. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

VIEIRA, Andréia Costa. A OMC e o *Policy Space* dos Estados: Questões de flexibilidade, desenvolvimento sustentável e políticas públicas no GATT e no GATS, p. 43-74. In AMARAL JÚNIOR, Alberto; CELLI JÚNIOR, Umberto. *A OMC: desafios e perspectivas*. São Paulo: Aduaneiras, 2014.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direitos fundamentais: uma leitura da jurisprudência do STF*. São Paulo: Ed. Malheiros, 2006.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. *Ações afirmativas e o princípio da igualdade*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

VIRALLY, Michel. *Panorama du droit international contemporain : cours général de droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 183, 1983-V, p. 9-382.

_____. *El Devenir del Derecho Internacional*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

VISSCHER, Charles de. *Théories et réalités en droit international public*. Paris: A. Pedone, 1953.

_____. *Le déni de justice en droit international*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 52, 1935-II, p. 365-442.

_____. *Cours général de principes de droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 86, 1954-II, p. 445-556.

_____. *Cours général de droit international public*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 136, 1972-II, p. 1-202.

_____. *Méthode et système en droit international*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 138, 1973-I, p. 75-79.

VITA, Álvaro de. *A Justiça Igualitária e seus críticos*. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALZER, Michael.. *Spheres of Justice, A Defense of Pluralism and Equality*. Nova York: Basic Books, 1983.

_____. *Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. Tradução Jussara Simões e Revisão técnica e da tradução de Cícero Romão Dias Araújo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Guerras Justas e Injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. WALZER, Michael. *Just and unjust wars: a moral argument with historical illustrations*. 2nd edition. New York, Basic Books, 1992, p. 61-62.

_____; MILLER, David. *Pluralism, justice and equality*. New York: Oxford University, 1995.

_____. *Thick and thin: moral argument at home and abroad*. Notre Dame, Ind: University of Notre Dame Press, 2006.

WATSON, Adam. *The evolution of international society: a comparative historical analysis*. London and New York: Routledge, 1992.

WEISSBERG, Guenter. *The International Status of the United Nations*. New York: Oceana Publications, 1961.

WESTEN, Peter. The empty idea of Equality. *Harvard Law Review*, v. 95, n. 3, p. 537-597, jan. 1982.

WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os Clássicos da Política*, vol. II. 8ª edição, São Paulo: Ática, 1999.

WHITAKER, Urban George. *Politics and Power: a text in international law*. New York : Harper & Row, 1964.

WINTERS, Matthew S. World Bank and the Global Financial Crisis: The Reemergence of Lending to Middle-Income Countries. *Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations*, vol. 12, issue 2, Summer/Fall, 2011, p. 57-72.

WOLFF, Karl. *Les principes généraux du droit applicables dans les rapports internationaux*. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, vol. 36, 1931-II, p. 479-553.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução Daniel Grassi, 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZACHER, Mark. The Decaying pillars of the Westphalian temple: Implications for International Order and Governance. In: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto. *Governance, Order and Change in World Politics*. Cambridge University Press, 1992.

ZIMMERMANN, Augusto. *Curso de Direito Constitucional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Juris, 2002.

ANEXO I – JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL: PARECERES CONSULTIVOS E CASOS JULGADOS DA CPJI E DA CIJ ANALISADOS

A) CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL

Série A: Julgamentos (*Collection of Judgments*); Série B: Opiniões Consultivas (*Collection of Advisory Opinions*); Série A/B – Julgamentos, Ordens e Opiniões Consultivas (*Collection of Judgments, Orders and Advisory Opinions*).

- 1) Estatuto da Carélia Oriental – Opinião Consultiva de 23 de Julho de 1923, Série B, n. 05 (*Status of Eastern Carelia – Advisory Opinion*).
- 2) Colonos Alemães na Polónia – Opinião Consultiva de 10 de setembro de 1923, Série B, n. 06 (*German Settlers in Poland – Advisory Opinion*).
- 3) Tratamento de Nacionais Poloneses e Outras Pessoas de Origem ou fala polonesa no Território de Danzig, Opinião Consultiva de 4 de fevereiro de 1932 – Série A/B, n. 44 (*Treatment of Polish Nationals and Other Persons of Polish Origin or Speech in the Danzig Territory – Advisory Opinion*).
- 4) Acesso às Escolas Minoritárias Alemãs na Alta Silésia, Opinião Consultiva de 15 de maio de 1931, Série A/B, n. 40 (*Access to German Minority Schools in Upper Silesia – Advisory Opinion*).
- 5) Escolas Minoritárias na Albânia, Opinião Consultiva de 6 de abril de 1935, Série A/B, n. 64 (*Minority Schools in Albania – Advisory Opinion*).
- 6) Caso S.S. “Wimbledon”, Julgamento de 17 de Agosto de 1923, Série A, n. 01 (*S. S. “Wimbledon”, Judgment*).
- 7) Caso das Minorias da Alta Silésia, Escolas Minoritárias, Julgamento de 26 de Abril de 1928, Série A, n. 15 (*Rights of Minorities in Upper Silesia – Minority Schools, Judgment*).
- 8) Caso Mavrommatis de Concessões Palestinas, Julgamento de 30 de agosto de 1924, Série A, n. 02 (*Mavrommatis Palestine Concessions – Judgment*).

B) CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

ICJ Reports – casos disponíveis em <www.icj-cij.org/court/index.php>

- 1) Condição de Admissão de Estado membro na Organização das Nações Unidas, Opinião Consultiva de 28 de maio de 1948 (*Conditions of Admission of a State to Membership in the United Nations - article 4 of the Charter, request for Advisory Opinion, 12 december 1947*).
- 2) Caso Estreito de Corfu, 1º julgamento de 25 de março de 1948 e 2ª Julgamento de 15 de dezembro de 1949 (*Corfu Channel – United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland v. Albania*).
- 3) Caso Asilo, Caso Haya de la Torre, Pedido de Interpretação do Caso Asilo, Julgamento de 20 de novembro de 1950, Julgamento de 13 de junho de 1951, Julgamento de 27 de novembro de 1950 (*Asylum; Haya de la Torre; Request for interpretation of the Judgment of 20 November 1950 in the Asylum Case – Colombia v. Peru*).
- 4) Interpretação de Tratados de Paz com Bulgária, Hungria e Romênia, Opinião Consultiva de 30 de março de 1950 e 18 de julho de 1950 (*Interpretation of Peace Treaties with Bulgaria, Hungary and Romania, request for Advisory Opinion, 4 November 1949*).
- 5) Efeitos da Sentença de Compensação proferida pelo Tribunal Administrativo das Nações Unidas, Opinião Consultiva de 13 de julho de 1954 (*Effect of Awards of Compensation Made by the United Nations Administrative Tribunal, request for Advisory Opinion, 21 December 1953*).
- 6) Certas despesas das Nações Unidas, Opinião Consultiva de 20 de julho de 1962 (*Certain Expenses of the United Nations – article 17, paragraph 2, of the Charter, request for advisory Opinion, 27 December 1961*).
- 7) Casos Testes nucleares Franceses (*Nuclear Tests – New Zealand v. France; Nuclear Tests - Australia v. France – application 9 May 1973; Judgment of 20 December 1974*).

- 8) Caso de Atividades militares e paramilitares na Nicarágua, 1º julgamento de 26 de novembro de 1984 e 2º julgamento de 27 de junho de 1986 (*Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua, Nicaragua v. United States of America*).
- 9) Caso Ordem de Prisão de 11 de abril de 2000, julgamento de 14 de fevereiro de 2002 (*Arrest Warrant of 11 April 2000 – Democratic Republic of the Congo v. Belgium*).
- 10) Caso Imunidades de Jurisdição do Estado, julgamento de 3 de fevereiro de 2012 (*Jurisdictional Immunities of the State – Germany v. Italy: Greece intervening*).

ANEXO II – RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

- 1) Resolução 1803 (XVII) – Soberania Permanente sobre os Recursos Naturais, de 14 de dezembro de 1962.*
- 2) Resolução 1995 (XIX) – Estabelecimento da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) como órgão da Assembleia Geral, de 30 de dezembro de 1964.*
- 3) Resolução 2029 (XX) – Consolidação do Fundo Especial e da expansão do Programa de Assistência Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de 22 de novembro de 1965.*
- 4) Resolução 2131 (XX) Declaração sobre a inadmissibilidade de intervenção nos Assuntos domésticos e a proteção de sua independência e soberania, aprovada em 21 de dezembro de 1965.*
- 5) Resolução 2625 (XXV) - Declaração sobre os princípios de Direito Internacional relativos às relações amistosas e à cooperação entre os Estados de acordo com a Carta das Nações Unidas, 24 de outubro de 1970.*
- 6) Resolução 2734 (XXV) - Declaração sobre o Fortalecimento da Segurança Internacional, de 16 de dezembro de 1970*
- 7) Resolução 3171 (XXVIII) – Soberania Permanente sobre os Recursos Naturais, de 17 de dezembro de 1971.*
- 8) Resolução 3201 (S-VI) - Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, adotada em 1º de maio de 1974.*
- 9) Resolução 3202 (S-VI) – Programa de Ação sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, adotada em 1º de maio de 1974.*

10) Resolução 3281 (XXIX) - Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, de 12 de dezembro de 1974.

11) Resolução 41/128 – Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, de 4 de dezembro de 1986.